

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**

ANSELMO TELES SABINO

PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO: uma proposta de Caderno Temático para as aulas de História da Rede Municipal de Ensino de Sombrio/sc.

**FLORIANÓPOLIS/SC
2016**

ANSELMO TELES SABINO

**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO:
UMA PROPOSTA DE CADERNO TEMÁTICO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SOMBRIO/SC.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), do Centro de Ciências Humanas e de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Viviane Trindade Borges.

FLORIANÓPOLIS/SC

2016

ANSELMO TELES SABINO

**PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO:
UMA PROPOSTA DE CADERNO TEMÁTICO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SOMBRIO/SC.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), do Centro de Ciências Humanas e de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Banca Examinadora

Orientadora: _____
Prof.^a Dra. Viviane Trindade Borges
PROFHISTÓRIA - PPGH/UDESC

Membros: _____
Prof.^a Dra. Luciana Rossato
PROFHISTÓRIA - PPGH/UDESC

Membros: _____
Prof.^a Dra. Mônica Martins da Silva
PPGH/UFSC

Suplente: _____
Prof.^a Dra. Daniela Pistorello
PPGH/UDESC

Florianópolis/SC, Dezembro de 2016

Aos/as estudantes do município de Sombrio/SC, seus (suas) professores (as) de História e a todos (as) aqueles (as) que lutam para fazer de nosso município uma cidade melhor.

AGRADECIMENTOS

Tenho muitos agradecimentos. Muitas pessoas importantes fizeram parte dessa caminhada. Primeiramente agradeço a minha querida esposa Alessandra Peterle Macarini, que todos os dias durante esses mais de dois anos, me incentivou e nunca me deixou desistir. Amor da minha vida, todos esses anos que estamos juntos, você nunca me deixou desanimar. A cada dia agradeço a Deus por ter colocado você em minha vida. Te amo muito.

Agradeço também aos grandes amigos Eddy Ervin Eltermann, Igor Christóvão, Geanderson Ferreira, Gilberto Rosa, Chesmam Emerim, Maykon Andrew Ferreira, Daniani Ferreira, Rangel Medeiros e Diogo Antônio da Rosa pelo incentivo e pelo apoio logístico.

Um agradecimento mais que especial vai aos eternos amigos, Professora Silvia Regina Christóvão, Professora Michele Gonçalves e o Professor Tiago da Silva Coelho. Gostaria que soubessem que suas lutas e sua dedicação ao estudo da História, sempre foram e sempre serão, exemplos para a minha caminhada profissional.

Um muito obrigado à Professora Daniela Pistorello e a Professora Janice Gonçalves, pelo apoio e pelas dicas sobre a escrita do Projeto, da Dissertação e do Produto Final.

Um obrigado muito especial aos Professores e Professoras do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O conhecimento que vocês me proporcionaram usarei sempre para ser um profissional da educação ainda melhor.

Agradeço também aos amigos e amigas do PROFHISTÓRIA, pelas discussões sobre a teoria e a prática educacional. De forma especial, um muito obrigado, ao Professor Maicon Poli, à Professora Elaine Prochnow (já estendendo o agradecimento a seu esposo e também grande amigo, Paulo Pires), e a Professora Karolini Fin, que juntos passamos noites acordados estudando os textos de Teoria da História.

Agradeço ainda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por disponibilizar a nós, Professores de História a possibilidade de estarmos estudando

e nos aperfeiçoando para melhor ensinar nossos alunos; à secretaria do PROFHISTÓRIA da UDESC, principalmente a Prof.^a Luciana Rossato e o secretário Christian dos Santos Souza, que sempre estavam à disposição para tirar minhas dúvidas; à Secretaria de Educação de São João do Sul, na pessoa das Secretária Susânia Scariot Bendo Cechinal, pelo apoio incondicional; à Raquel Corrêa Cordeiro, responsável pela elaboração do projeto gráfico do caderno temático; e a todos os meus alunos e colegas de escola.

Finalmente a Professora Dr.^a Viviane Trindade Borges, minha orientadora. Obrigado pelo incentivo, colaboração, paciência e conhecimento repassado durante o desenvolvimento do projeto, da dissertação e do produto final. Muito obrigado de todo o coração.

A Cultura de um povo é o seu maior Patrimônio. Preservá-la é resgatar a História, perpetuar valores; é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato. (Nildo Lage)

RESUMO

O presente trabalho busca debater a importância de levar a discussão sobre o Patrimônio Cultural para dentro das salas de aula da rede municipal de ensino de Sombrio/SC. O interesse sobre essa temática surgiu da inquietação de que são praticamente inexistentes, iniciativas que trabalhem com esse assunto nas escolas municipais. Para dar conta do desenvolvimento desse tema junto aos (as) alunos (as) dos anos finais do Ensino Fundamental (6º a 9º Ano) e seus (suas) professores (as) de História, foi elaborado um Caderno Temático (Produto Final), intitulado, “O Patrimônio Cultural em Sala De Aula: Educação e Proteção ao Patrimônio Sombriense” e que tem como objetivo principal tentar a sensibilização e a conscientização dos (as) estudantes da importância de proteger, preservar e conservar o Patrimônio Cultural Local. Esta dissertação foi dividida em dois capítulos. O primeiro buscará discutir os conceitos importantes para o entendimento sobre o Patrimônio Cultural, destacando-se os conceitos de História, Memória, Identidade, Patrimônio, Cultura, Patrimônio Cultural, Inventário e Educação para o Patrimônio. Já o segundo será explicado como o Caderno Temático foi desenvolvido. Sobre o Caderno Temático ele foi dividido em quatro capítulos, sendo que cada um deles é composto de textos explicativos, imagens ilustrativas e atividades que buscam fazer que os (as) alunos (as) tenham contato com o mundo da preservação e da conservação do Patrimônio Cultural, e que assim possam se tornar sujeitos de sua própria História e entendedores de sua Identidade e Cultura. Já no segundo capítulo, que tem como título, “Sombrio: Um Pouco de sua História e Cultura”, faz com que os estudantes tenham contato com a História do município. No terceiro capítulo, “Aprendendo Sobre o Patrimônio Cultural” busca-se inserir os (as) alunos (as) e professores (as) nas discussões e estudos sobre o conceito de Patrimônio Cultural. E no quarto e último capítulo, chamado de “Inventariando o Patrimônio Local”, busca-se fazer que os estudantes sejam agentes fazedores da História e protetores do Patrimônio Cultural, os estimulando a fazer um inventário sobre quais os bens que compõem o Patrimônio Cultural Sombriense e quais merecem ser conservados e preservados. A preservação do Patrimônio Cultural se apresenta como algo que pode ser realizado no município e este estudo busca ajudar nessa preservação.

Palavras-chave: Ensino de História, Patrimônio Cultural, Educação para o Patrimônio, Produto Final, Sombrio/SC.

ABSTRACT

This paper seeks to discuss the importance of the discussion about the cultural heritage into the classrooms of the municipal network of dingy teaching / SC. The interest on this theme arose from concern that there are hardly any initiatives that work with this subject in public schools. To account for the development of this theme next to (the) students (as) the final years of elementary school (6th to 9th year) and its (their) teachers (as) history, we designed a theme Notebook (Final Product) entitled, "the Cultural Heritage in Classroom Education and Protection Sombriense Heritage" and whose main goal try sensitization and awareness of (the) students the importance of protecting, preserving and conserving the cultural heritage site. This work was divided into two chapters. The first will seek to discuss the key concepts for the understanding of the cultural heritage, especially the concepts of History, Memory, Identity, Heritage, Culture, Cultural Heritage Inventory and Education for Heritage. The second will be explained as the theme Notebook was developed. On the thematic notebook it was divided into four chapters, each of them consists of explanatory text, illustrative images and activities that seek to do that (the) students (as) have contact with the world of preservation and conservation of heritage cultural, and that they may become subjects of their own history and connoisseurs of their identity and culture. In the second chapter, which is entitled, "Dark: A little of its history and culture," makes the students have contact with the city's history. In the third chapter, "Learning About Cultural Heritage" seeks to enter (the) students (as) and teachers (as) in discussions and studies on the concept of Cultural Heritage. And the fourth and final chapter, called "Taking Stock Local Heritage" seeks to make students to be doers agents of history and protectors of Cultural Heritage, the stimulating to do an inventory of what assets that make up the Cultural Heritage Sombriense and which deserve to be maintained and preserved. Preservation of Cultural Heritage is presented as something that can be done in the city and this study seeks to help in this preservation.

Keywords: Teaching of History, Cultural Heritage Education for Heritage, Final Product, Sombrio/SC.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Foto do Caderno Temático.....	41
FIGURA 02 – Capa do Caderno Temático.....	42
FIGURA 03 – Ficha Técnica.....	43
FIGURA 04 – Dados Gerais.....	44
FIGURA 05 – Sumário.....	44
FIGURA 06 – Apresentação do Caderno.....	45
FIGURA 07 – Sobre História.....	47
FIGURA 08 – Qualidades Essenciais para ser um Historiador.....	48
FIGURA 09 – Atividade 1 – Conhecendo os (as) Historiadores (as) Locais.....	49
FIGURA 10 – Atividade 2 - Conhecendo os (as) Historiadores (as) Locais – Parte 2.....	50
FIGURA 11 – Atividade 3 – Conhecendo Alguns (mas) Historiadores (as) Nacionais e Internacionais.....	51
FIGURA 12 – Atividade 4 – Reconhecendo Fontes Históricas.....	52
FIGURA 13 – Atividade 5 – Trabalhando com Fontes Históricas.....	53
FIGURA 14 – Atividade 6 – Fazendo o Trabalho de um (a) Historiador (a). ..	54
FIGURA 15 – Atividade 7 – Contando a História de seu (sua) Colega.....	55
FIGURA 16 – Sobre Memória.....	56
FIGURA 17 – Atividade 8 – Jogo da Memória.....	57
FIGURA 18 – Sobre Identidade.....	58
FIGURA 19 – Atividade 9 – Conhecendo um Pouco de sua Identidade.....	59
FIGURA 20 – Uma História Sombriense.....	61
FIGURA 21 – Origens Étnicas do Município e a Atividade 10.....	62
FIGURA 22 – Atividade 11 – Juntando as Origens e as Etnias.....	63
FIGURA 23 – Recursos Naturais.....	63
FIGURA 24 – Política Municipal e a Paróquia de Sombrio.....	64
FIGURA 25 – Cultura Sombriense e a Atividade 12.....	67

FIGURA 26 – O Patrimônio Cultural e a atividade 13.....	69
FIGURA 27 – Patrimônio Material e Imaterial e a atividade 14.....	70
FIGURA 28 – Atividade 15 - Analisando as Leis de Proteção do Patrimônio Cultural.....	71
FIGURA 29 – Atividade 16 - Roteiro pela Cidade	72
FIGURA 30 – Inventário e suas Categorias.....	73
FIGURA 31 – Atividade 17 - Inventariando o Patrimônio Local.....	75
FIGURA 32 – Exemplo de Ficha do Inventário.....	75
FIGURA 33 – Atividade 18 – Relatório da Pesquisa.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 – CONCEITOS IMPORTANTES PARA O ENTENDIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PARA A ELABORAÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO.....	18
1.1 SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	18
1.2 SOBRE OS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO, CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	24
1.2.1 Instituições e Formas de Proteção do Patrimônio Cultural.....	26
1.2.2 A História da Preservação do Patrimônio Cultural: Os primeiros mecanismos de preservação.....	29
1.2.3 A Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil.....	31
1.2.4 A Preocupação com a Preservação do Patrimônio em Santa Catarina	35
1.3 SOBRE O INVENTÁRIO.....	36
1.3.1 As Categorias do Inventário.....	37
1.4 SOBRE A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO.....	38
2 – O PRODUTO FINAL: A ELABORAÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL SOMBRIENSE.....	40
2.1 PRIMEIRO CAPÍTULO: “DISCUTINDO HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE”.....	46
2.1.1 Aprendendo sobre a História, o (a) Historiador (a), a Profissão de Historiador (a) e Fontes Históricas.....	46
2.1.2 Entendendo sobre Memória, Memória Individual e Coletiva.....	55
2.1.3 Conhecendo Sobre Identidade.....	58
2.2 SEGUNDO CAPÍTULO: SOMBRIO - UM POUCO DE SUA HISTÓRIA E CULTURA.....	60
2.2.1 Uma História Sombriense.....	61
2.2.2 Recursos Naturais.....	63
2.2.3 A Evolução Política Municipal.....	65
2.2.4 A Cultura Sombriense.....	66
2.3 TERCEIRO CAPÍTULO: APRENDENDO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	68
2.3.1 O Patrimônio Cultural.....	68
2.3.2 O Patrimônio Material e Imaterial.....	69
2.4 QUARTO CAPÍTULO: INVENTARIANDO AO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL.....	73
2.4.2 Descobrimo o que é um Inventário.....	73
2.4.3 Categorias do Inventário.....	74
2.5 REFERÊNCIAS, AS IMAGENS E A CONTRACAPA.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca debater a importância de levar a discussão sobre o Patrimônio Cultural para dentro das salas de aula da Rede Municipal de Ensino de Sombrio/SC¹. O interesse sobre o Patrimônio Cultural Sombriense surgiu da inquietação de que são praticamente inexistentes, iniciativas que trabalhem com esse tema nas escolas municipais, mesmo que, segundo Figueira e Miranda (2012, p. 7) “a escola deva ser um local capaz de oferecer uma base cultural comum a todos os alunos”.

Para Gomes (2011), o Patrimônio Cultural de um povo consiste nas obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como, as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Já para Verine (2012), esse patrimônio, é todo o bem que tem um sentido para nós, o que herdamos, criamos, transformamos e transmitimos; é o patrimônio tecido de nossa vida, um componente de nossa personalidade. É o resultante, material e imaterial, da atividade criadora contínua e conjunta do homem e da natureza. Ele religa concretamente o passado, o presente e o futuro. E esse patrimônio está constantemente ameaçado e precisando de atenção.

Entretanto, preservar e conservar o Patrimônio Cultural não é algo fácil. Ele está constantemente a mercê de agentes internos e externos que acabam fazendo com que esse patrimônio muitas vezes se perca. Mas o pior de todos os problemas é a falta de políticas públicas que são essenciais para haver a preservação e conservação desses bens. Então, é interessante entender que a preservação do Patrimônio Cultural deva ser preventiva, antecipando as ações de degradação causadas pelas condições ambientais ou pelos interesses contrários à sua manutenção. Quando não for possível exercer a conservação preventiva o Patrimônio Cultural deve ser restaurado, devolvendo da maneira mais exata possível a sua forma e condição original (GOMES, 2011).

Segundo Moraes (2005), é importante trabalhar com o Patrimônio Cultural nas escolas, pois isso fortalece as relações dos alunos e conseqüentemente da comunidade, com suas heranças culturais, estabelecendo assim um melhor relacionamento destas com os bens, percebendo sua responsabilidade pela

¹ Sombrio é um município que está localizado no extremo sul catarinense, próximo à fronteira do Rio Grande do Sul e que possui cerca de 25 mil habitantes.

valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social.

Acredita-se então, que a disciplina de História, deva desenvolver nas escolas propostas interdisciplinares e ações pedagógicas voltadas a construção conceitual de Patrimônio Cultural. O Ensino de História deve estimular questionamentos como o que é, como é formado, para que serve e que valor tem o Patrimônio Cultural. É necessário que, na abordagem escolar, ele seja considerado uma prática social e que, a partir daí, desenvolvam-se atividades que levem os alunos a compreender a importância da sua valorização e preservação (FIGUEIRA e MIRANDA, 2012, p. 9).

Foi pensando nisso que, como proposta para que essa discussão sobre o Patrimônio e sua proteção, preservação e conservação chegue nas salas de aula, foi elaborado um Caderno Temático, intitulado “O Patrimônio Cultural em Sala de Aula: Educação e Proteção ao Patrimônio Sombriense”, e que tem como objetivo principal tentar a sensibilização e a conscientização dos (as) alunos (as) dos anos finais do Ensino Fundamental (6º a 9º Anos) e seus (suas) respectivos (as) professores (as) de História sobre a importância de proteger, preservar e conservar o Patrimônio Cultural Local.

O Caderno Temático, que segundo a Superintendência do IPHAN de João Pessoa (2011), serve para “dar suporte ao processo sistemático, continuado e transversal das diferentes áreas do conhecimento”, deverá ser utilizado como Material de Apoio Didático-pedagógico e trabalhará com temas importantes relacionados ao estudo do Patrimônio Cultural, tais como: História, Memória, Identidade, Cultura, Patrimônio, entre outros. Entende-se dessa forma, que é na escola que esses assuntos devem ser debatidos, pois como afirma Figueira e Miranda (2012, p. 7) “a escola é uma instituição destinada a formar cidadãos, sendo o principal lugar de aprendizado e de sociabilidade das crianças e dos adolescentes”. É nesse local que esses conteúdos devem ser trabalhados, pois a escola é um dos principais locais de difusão de ideias e conceitos.

Para atingir o objetivo citado acima, nada melhor que focar na Educação para o Patrimônio, que segundo Figueira e Miranda (2012, p. 7), “abre um leque de interessantes possibilidades para a construção das identidades e memórias coletivas e de noções que envolvem a cidadania, os direitos humanos e os valores da alteridade, da ética, da solidariedade”. Assim, a Educação para o Patrimônio tem o

papel de conscientizar os sujeitos escolares da responsabilidade de cada um pelo bem geral, no lugar onde vive e na sociedade como um todo.

A Educação para o Patrimônio, foco central do Caderno Temático, busca incentivar os (as) alunos (as) a perceberem que o Patrimônio Cultural faz parte de sua própria História. Tal percepção lhe propicia a oportunidade de conhecer e vivenciar os costumes e a cultura local, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive.

Para Figueira e Miranda (2012, p 10), a Educação para o Patrimônio tem como principal objetivo, “promover um novo olhar sobre o Patrimônio Cultural. Esse novo olhar deve despertar nos (as) alunos (as) a curiosidade e o interesse em conhecer a diversidade de bens culturais existentes”. Ela também permite que os estudantes valorizem as manifestações culturais de seu entorno e com isso construam sua identidade pessoal e coletiva, desenvolvendo o sentimento de pertencimento, essencial tanto para a concepção do conceito de preservação como para a concepção do patrimônio como algo vivo, presente em sua vida, por trazer elementos culturais de sua História e de seu lugar.

Com a Educação para o Patrimônio, ainda é possível estimular os (as) estudantes a tomarem o gosto de conhecer sua História Cultural, levando-os à práticas de reflexão histórica e fazendo que internalizem o sentimento de valorização do Patrimônio, pois é preciso se informar, discutir, avaliar e compreender para que haja uma valorização. Além disso, munidos de informações, os (as) estudantes acabam se tornando disseminadores e mediadores das ideias de preservação e conservação do Patrimônio Cultural, principalmente nas escolas.

Para Gonçalves (2014), toda a ação que tenha foco na Educação para o Patrimônio deve ser centrada em quatro proposições relevantes. A primeira é desnaturalizar o Patrimônio Cultural, refletindo sobre o campo que o produz; a segunda é dessacralizar o acervo patrimonial, problematizando os processos sociais e históricos que os geraram; terceira, por sob suspeição uma perspectiva do processo educativo que oponha educadores e educandos como esclarecidos e não esclarecidos; e a quarta, valorizar as diversas instâncias que lidam com o Patrimônio Cultural como produtoras e disseminadoras de saberes e visões sobre ele e buscar compreender suas especificidades.

Mas por que levar a questão do Patrimônio Cultural para ser trabalhado nas salas de aula? Por que trabalhar esses assuntos nas escolas municipais? Por que

trabalhar com alunos (as) das séries finais (6º a 9º anos) do ensino fundamental? Entende-se que existe uma carência muito grande de produções e projetos que busquem através da Educação para o Patrimônio a valorização do Patrimônio Cultural Sombriense, sendo que esses temas são pouco desenvolvidos nas escolas municipais, ficando muitas vezes restritos aos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º a 5º anos), quando se trabalha a História Local e de Santa Catarina.

Entretanto, acha-se que deva haver uma continuidade dos estudos desses temas em todos níveis de aprendizagem, sendo muito importante para a preservação da Cultura e da História Local, também seu desenvolvimento nas séries finais do Ensino Fundamental. Mas é claro que o Caderno Temático não é algo fechado, sendo que, os (as) professores (as) das séries iniciais do Ensino Fundamental e até mesmo do Ensino Médio, poderão e deverão utilizá-lo em suas aulas.

Sobre o Caderno Temático, ele foi dividido em quatro capítulos, sendo que cada um deles é composto de textos explicativos, imagens ilustrativas e atividades que buscam fazer que os (as) alunos (as) tenham contato com o mundo da preservação e da conservação do Patrimônio Cultural, e que assim possam se tornar sujeitos de sua própria História e entendedores de sua Identidade e Cultura.

No primeiro capítulo do caderno, intitulado “Discutindo História, Memória e Identidade”, busca-se levar os (as) alunos (as) e seus (suas) professores (as) a refletir temas importantes para a discussão sobre Patrimônio Cultural. Discutir História, Memória e Identidade, a primeiro vista parece ser fácil, entretanto, “o significado de cada um desses termos e suas implicações são complexos e profundos, dando ensejo para um imenso debate” (FIGUEIRA E MIRANDA, 2016, p. 15). Assim, a primeira parte do caderno, tentará simplificar essa discussão, para que seja passada de uma forma mais simples para os (as) estudantes.

Já no segundo capítulo, que tem como título, “Sombrio: Um Pouco de Sua História e Cultura”, faz com que os estudantes tenham contato com a História do município. Como foi falado anteriormente, o trabalho com a História Local fica restrita aos alunos de 1º a 5º anos, entretanto acha-se que deva haver uma continuidade de se trabalhar esse tipo de História também com os alunos dos 6º a 9º anos, buscando assim tirar o foco da História Mundial e Nacional e colocar na História Local.

No terceiro capítulo, “Aprendendo Sobre o Patrimônio Cultural” busca-se inserir os (as) alunos (as) e professores (as) nas discussões e estudos sobre o conceito de Patrimônio Cultural. Faz-se uma discussão sobre esse tema, destacando os órgãos internacionais, nacionais, estaduais e municipais que são responsáveis por sua proteção. Discute-se também sobre as leis que devem proteger os Bens Culturais. Busca-se ainda, incentivar os alunos sobre os problemas enfrentados pelo Patrimônio Cultural e que eles indiquem soluções para os problemas descobertos.

E no quarto e último capítulo, chamado de “Inventariando o Patrimônio Local”, busca-se incentivar que os (as) alunos (as) sejam agentes fazedores da História e protetores do Patrimônio Cultural, os estimulando a fazer um inventário sobre quais os bens que compõem o Patrimônio Cultural Sombriense e quais merecem ser conservados e preservados.

Sobre a dissertação em si, ela será dividida em dois capítulos. O primeiro buscará discutir os conceitos importantes para o entendimento sobre o Patrimônio Cultural. Já o segundo explicará qual o objetivo e como foi desenvolvido o Produto Final.

1 – CONCEITOS IMPORTANTES PARA O ENTENDIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PARA A ELABORAÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO.

Muitos conceitos e assuntos foram importantes para o entendimento sobre o Patrimônio Cultural e na elaboração do Produto Final. Esses conceitos e assuntos foram incluídos no Caderno Temático, pois, acha-se que são de suma importância para que os (as) alunos e seus (suas) professores (as) de História possam compreender questões ligadas aos bens culturais. Os conceitos pensados e desenvolvidos foram: História, Memória, Identidade, Patrimônio, Cultura, Patrimônio Cultural, Inventário e Educação para o Patrimônio.

1.1 Sobre História, Memória e Identidade.

História, Memória e Identidade são conceitos importantes a serem analisados, já que segundo Figueira & Miranda (2012, p. 45), “são aspectos centrais para o estudo e a compreensão dos significados da Educação para o Patrimônio e do Patrimônio Cultural”. Nos últimos anos esses conceitos passaram a ser objetos de estudos e reflexões por parte de diversos setores da sociedade. Seus significados são complexos e profundos, levantando muitos debates.

Sobre o conceito de História, Figueira & Miranda (2012, p. 46) o define como sendo “uma ciência humana que estuda o desenvolvimento do homem no tempo, que analisa os processos históricos, personagens e fatos para poder compreender um determinado período histórico, cultura ou civilização”. Ela é uma ferramenta fundamental para tirar seus sujeitos integrantes, do imobilismo diante do tempo presente e dos fatos e acontecimentos passados, tendo a função de resgatar os aspectos culturais de um determinado povo ou região para o entendimento do processo de seu desenvolvimento. Entender o passado também é importante para a compreensão do presente.

Conforme Le Goff (2003) a História não deve ser entendida somente como ciência do passado, mas como a “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2003, p. 15). Assim Silva e Silva (2015) corrobora que o

conceito de História está em constante transformação e é preciso que o professor leve a reflexão em torno dessa constante mudança para a sala de aula, fornecendo instrumentos para que os estudantes possam compreender a complexidade da História e a dificuldade de se responder à pergunta “O que é História?”.

Segundo Rüsen (2001), a História deve ser aprendida como uma experiência cultural que coloca objetivos orientativos à disposição dos (das) alunos (as). Essa aprendizagem não deve ser centrada nas velhas práticas tradicionais, onde o (a) professor (a) era simplesmente um transmissor de conhecimento e os (as) aluno (as) meros receptores passivos do conhecimento históricos. Mas sim, fazer com que esses sujeitos não sejam apenas espectadores de uma História já determinada, mas que se tornem produtores dela.

Para Schmidt e Cainelli (2009, p. 20):

Ensinar a História como algo pronto e acabado, com conteúdos predefinidos, sem levar em conta o contexto e os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pode levar a um ensino que não desenvolve o que é mais importante como função do ensinar História, que é orientar os problemas da vida prática.

Esse sentido do ensinar História não significa não ter conteúdos para serem ensinados, “mas olhar para esses conteúdos a partir da possibilidade de construir novas questões postas pela historiografia” (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 20).

Por isso, quando se pensou em trabalhar o conceito de História através do Caderno Temático, buscou-se fazer com que os (as) próprios (as) alunos (as), discutissem e elaborassem, juntos, um conceito. Sabemos que não é possível oferecer uma definição fechada para esse conceito, por isso, o importante de fazer os estudantes pensarem e elaborarem uma definição própria desse tema. Até por que,

Aprender é um processo dinâmico, no qual a pessoa que aprende muda, porque algo é obtido, algo é adquirido, num insight, habilidade, ou mistura de ambos. No aprendizado histórico a “história” é obtida porque fatos objetivos, coisas, que aconteceram no tempo tornam-se uma questão de conhecimento consciente, ou seja, eles tornam-se subjetivos (SCHMIDT e CAINELLI, 2009 p. 33).

Assim, o apreender História é discutir evidências, levantar hipóteses, dialogar com os sujeitos, os tempos e os espaços históricos. É olhar para o outro em tempos e espaço diversos. A experiência de cada um alarga-se com a compreensão das experiências dos outros. Diante dessa perspectiva para o aprender História, a

seleção de conteúdos precisa, antes de mais nada, levar em conta a experiência histórica de nossos antepassados organizados no conhecimento historiográfico produzido pelos historiadores (SCHMIDT e CAINELLI, 2009).

Junto ao entendimento do conceito de História, outros temas se fazem importantes e também foram desenvolvidos no desenvolvimento do Caderno Temático. Destaca-se assim o entendimento sobre o papel do Historiador a frente da Educação e consecutivamente do Patrimônio Cultural.

Segundo o Projeto de Lei, 4699/2012, elaborado pelo Senado Brasileiro, e que busca a regulamentação da Profissão de Historiador, o Historiador é aquele que:

Leciona a disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior; Organiza as informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História; Planeja, organiza, implanta e dirige serviços de pesquisa histórica; Assessora, organiza, implanta e dirige serviços de documentação e informação histórica; Assessora à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; Elabora pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos (BRASIL, 2012).

Pode-se observar que pela conceitualização elaborada pelo governo, não a uma diferenciação entre o Historiador que leciona em sala de aula e aquele que dedica seu conhecimento para a pesquisa. É desta forma, que entendemos quando, no Caderno Temático, buscamos mostrar o Historiador como sendo aquele que se dedica a teoria e a prática da História. Aquele que busca aliar o conhecimento histórico com a prática da sala de aula, tentando fazer com que os estudantes possam compreender e explicar historicamente a realidade em que vivem.

Quando se pensa no Historiador na área do Patrimônio Cultural, muitas vezes imagina-se aquela “velha imagem tradicional do Historiador revolvendo os arquivos em busca de documentos que “comprovem” a autenticidade de obras artísticas, ou verificando a data de fundação e/ou construção de um edifício que precisa ser tombado” (GUILLEN, 2014, p. 640). Entretanto, não é assim que devemos vê-lo. É preciso entender que durante décadas, o Historiador atuou na área do Patrimônio, discutindo e constituindo, junto com arquitetos e artistas, o conjunto do patrimônio artístico e arquitetônico do Brasil, além do histórico. Isso se deu principalmente em um momento em que o que estava em evidência era o Patrimônio Cultural Material.

Entretanto, essa realidade se modificou, pois hoje, estar junto as questões voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural, se apresenta como uma área nova para a atuação do profissional da História, principalmente a partir do reconhecimento da importância do Patrimônio Cultural Imaterial para a sociedade, necessitando assim, de profissionais que se envolvam mais fundo com essa temática.

Segundo Guillen (2014), trabalhar com o Patrimônio Cultural não é algo fácil, principalmente quando o Historiador busca questionar as narrativas construídas em torno da identidade e as justificativas construídas para a constituição da mesma. Esta é, no entanto, sua principal tarefa, ou seja, ao Historiador cabe, acima de tudo, pensar criticamente a onda patrimonialista atual, bem como que concepções de passado e de tempo subjazem ao crescente desejo de patrimonialização; e quais concepções de história dão suporte às justificativas criadas para a crescente importância da preservação dos bens culturais.

Assim, o papel do Historiador, segundo Schmidt e Cainelli (2009, p. 35), “é o de ajudar os (as) alunos (as) a adquirir as ferramentas de trabalho necessários para aprender a pensar historicamente”. Ele é responsável por ensinar como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a construir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Cabe a ele ainda, ensinar como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas e problemáticas em narrativas históricas (SCHMIDT E CAINELLI, 2009, p. 34).

Sobre conceitualização de Fontes Históricas, entende-se que:

Elas são monumentos que as gerações anteriores deixaram. São construções a partir de onde os homens procuraram imprimir uma imagem de si mesmos para as gerações futuras [...] são monumentos construídos, nunca rastros deixados ao acaso” (PEREIRA E SEFFNER, 2009, p. 116).

Para Le Goff (2003, p. 538), as fontes históricas são:

[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da História, da época que foram produzidas, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuaram a viver talvez esquecidas, durante as quais seguiram sendo manipuladas, ainda que pelo silêncio.

Segundo Cano (et all, 2012, p 21) fica evidente a necessidade de superar a ideia de que o documento fala por si, uma vez que ele está imerso em

intencionalidades, cabendo a aqueles que trabalham com as fontes, direcionar o olhar para perguntas que gostariam que fosse respondidas.

Assim, no trabalho com fontes, é imprescindível que fique evidente para os (as) alunos (as) que o documento históricos expressa um ponto de vista e não a verdade sobre o período histórico ou uma sociedade. Portanto, é importante ensinar que essas fontes não são somente as fontes escritas, como tradicionalmente é. Mas considerá-las de várias outras formas e que estão divididas em dois grupos: as Fontes Materiais e as Fontes Imateriais.

De uma forma bem simples, buscamos explicar aos alunos através do Caderno Temático, que as Fontes Materiais são aquelas que foram produzidas pelos seres humanos e que podem ser tocadas. Estão presentes na sua materialidade, tais como: documentos, livros, fotografias, ferramentas, objetos etc. Já as Fontes Imateriais, seriam aquelas que também foram produzidas pelos seres humanos que que não possuem materialidade, tais como: músicas, lendas, crenças, mitos, etc. E que esses diferentes tipos de fontes permitem conhecer muitos aspectos das sociedades do passado e do presente.

Já sobre a questão da Memória, segundo Cano (et all, 2012, p. 78) por muito tempo ela foi estudada pela Psicologia, que se preocupou em entender de que forma ela se constituía. Entretanto, como ferramenta, a memória passou a fazer parte do estudo de várias áreas, inclusive da História.

Assim, entender a memória como sendo a capacidade de conservar e de preservar informações adquiridas e impressões vivenciadas, sendo um recurso importantíssimo para a reconstrução de Histórias de Vida, é muito importante. Até porque ela pode e deve ser vista como fonte de conhecimento que possibilita uma reinterpretação do passado das sociedades humanas em que coexistem múltiplas visões e percepções da vivência coletiva.

Para Cano (et all, 2012, p. 78), a memória:

Permite observar determinados aspectos de períodos e acontecimentos históricos nem sempre perceptíveis por meio de outras fontes, como textos e imagens. Ao fazer da memória, como ferramenta de trabalho em sala de aula, espera-se que o saber escolar se torne algo dinâmico que valorize a tradição oral, a preservação da memória e a experiência humana.

Segundo Le Goff (2003) a memória tem um papel crucial nas sociedades, em função de sua propriedade de conservação de informações do passado, possibilitando, assim, abordar os problemas referentes ao tempo e à História.

Para Figueira e Miranda (2012, p. 77), existem dois tipos de memória: a individual e a coletiva. “A memória coletiva, é aquela que se desenvolve a partir de laços inscritos no interior de um grupo: escolar, familiar ou profissional e por meio da interação indivíduo-grupo, ela se acresce, unifica, diferencia e corrige” (HALBWACHS, em CANO 2012, p. 80). Já a memória individual, segundo VON SINSON (2015), é “aquela guardada por um indivíduo e se refere as suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado”.

Assim conforme ano (et al, 2012, p. 80-81):

É de suma importância que seja compreendido o papel da memória dentro das diversas sociedades permitindo indagar sobre o momento em que ela deixa de ser individual para se tornar coletiva. A memória torna-se coletiva quando os sujeitos, individualmente, passam a compreender determinados fatos e acontecimentos como a única versão possível desses momentos. Na medida em que essa versão passa a ser disseminada e se consolida no imaginário social, ela torna-se coletiva. E por meio desse mecanismo de disseminação que ocorre a vinculação entre a memória individual e coletiva.

Portanto, é muito importante que alunos (as) compreendam que “todos participam dessa trama partilhada entre memória coletiva e individual e que a definição de sua identidade, assim como dos grupos que participa, é feita por meio da memória coletiva” (CANO, et al, 2012, p. 80). É a partir da interação com o outro que se constrói o sentimento de pertencimento: “Recordar a própria vida é fundamental para nossos sentimentos de identidade” (THOMPSON, 2002, apud, CANO, et al, 2012, p. 80).

Sobre o conceito de Identidade, ele pode ser entendido como as características próprias e exclusivas de uma pessoa, como seu nome, sua idade, estado civil, profissão, sexo, entre outras. Entretanto encontra-se nessa pessoa aspectos sociais, históricos e subjetivos que acrescentam um qualitativo diferenciado conforme o grupo em que ela está inserida, o trabalho que exerce. Segundo Silva & Silva (2015, p. 202) a identidade é “um sistema de representações que permitem a construção do “eu”, ou seja, permite que o indivíduo se torne

semelhante a mesmo mas diferente dos outros”. Essa identidade torna as pessoas em alguém diferente das outras.

Embora muitos dos traços que constituem a identidade sejam hereditários ou inatos, o meio envolvente exerce influência sobre a conformação da especificidade de cada indivíduo. Por isso, pode-se dizer que uma pessoa “anda em busca da sua identidade” ou expressões semelhantes. A busca de afirmação das identidades, principalmente daquelas que muitas vezes são descartadas é o que faz tão importante o trabalho com a Educação para o Patrimônio.

Para Lowenthal (1998, apud, SILVA E SILVA, 2015, p 204), identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. É nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças. Isso serve tanto para o indivíduo quanto para os grupos sociais. Assim, pode-se afirmar que toda identidade é uma construção histórica, ou seja, “ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos com o que somos e para nos distinguir de outras pessoas” (SILVA E SILVA, 2015, p 204).

1.2 SOBRE OS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO, CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Sobre o conceito de Patrimônio, ele “tem sua origem no latim *“patrimonium”*, que se refere, como tudo o que pertencia ao pai de família” (FUNARI & PELEGRINI, 2009, p. 10). Esse conceito pode ser entendido como algo relacionado a uma propriedade ou bens adquiridos em vida e transmitido após a morte aos descendentes de famílias como uma herança familiar que passa de geração para geração. Entretanto com o passar do tempo o conceito de patrimônio passou a ser entendido de forma diferente, sendo tudo o que tem um sentido para uma pessoa ou grupo, algo importante.

Para POULOT (2009, p. 9), “raros são os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto “patrimônio”, pois, ele parece acompanhar a multiplicação dos aniversários e das comemorações, características de nossa atual modernidade”. Deste modo:

O patrimônio não é passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Nesse aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que os acompanham (POULOT, 2009, p. 12)

Já para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco (2008, p. 12 apud DIAS, 2012, p. 48), a definição de patrimônio pode ser considerada como “os bens, inestimáveis e insubstituível não só de cada país, mas de toda a humanidade”, que devem ser preservados, pois a perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer um desses bens preciosos constitui em um empobrecimento cultural de todos os povos do mundo. Esse patrimônio pode e deve ser reconhecido, por possuir um valor universal excepcional, merecendo ser especialmente protegido contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam. A cada patrimônio cultural que se perde, é um pouco da história da humanidade que vai junto com ele.

O conceito de patrimônio está intimamente ligado ao de Cultura. Podemos definir Cultura como o “conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social” (BOSI, 1996, apud, SILVA & SILVA, 2015, p. 86). Ainda segundo esse autor, para haver cultura é preciso antes que exista uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade. Essa definição está muito próxima do ato de educar, sendo então, aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência.

Com a união dos termos Patrimônio e Cultura, temos o Patrimônio Cultural, que pode ser definido como sendo “o conjunto de bens que traduzem a História, a formação e a cultura de um povo, uma comunidade ou um país”. (Ministério Público Federal, 2015, p. 3)

O termo Patrimônio Cultural vem do inglês “Cultural Heritage”, que significa herança cultural, nos transmitindo que o ser humano é sempre, antes de tudo, um herdeiro e um transmissor de sua cultura. Para VERINE (2012, p. 8-9), o Patrimônio Cultural pode ser dividido em três grupos:

Primeiro, os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. [...] O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, as técnicas, ao saber fazer. [...] O terceiro grupo é o que reúne os chamados bens culturais que englobam toda gama de coisas:

objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2015), classifica o Patrimônio Cultural, em dois tipos, o Patrimônio Material ou Bens Tangíveis, que é o conjunto de bens culturais classificados segundo a sua natureza e que é dividido em *bens imóveis* (núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos, etnográficos, belas artes e artes aplicadas), e *bens móveis* (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos). E o Patrimônio Imaterial ou Bens Intangíveis, que compreende, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidas pelas comunidades como parte integrante de seu Patrimônio Cultural. Esse patrimônio é caracterizado por sua transmissão, que passa de geração a geração; e por sua constante recriação, em função do ambiente, da interação com a natureza e da história. Esse processo de construção e reconstrução gera um sentimento de identidade e de continuidade.

Para Funari & Pelegrini (2009, p. 32), foi nas últimas décadas do século XX que se iniciou a utilização do termo Patrimônio Cultural, “pois é a partir daí que a definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis”, ou seja, é partir desse momento que não somente a História dos povos passa a ser motivo de preocupação de sua preservação, mais todos os aspectos culturais desses povos.

1.2.1 Instituições e Formas de Proteção do Patrimônio Cultural

Sobre a preservação do Patrimônio Cultural, existem duas principais instituições de referência que são responsáveis pela à conceituação, conservação, proteção, salvaguarda e sustentabilidade desse patrimônio em âmbito internacional e nacional, respectivamente a UNESCO e o IPHAN. Mas existem também órgãos estaduais que cuidam dessas questões; e também em algumas cidades, há regulamentações e gerenciamento específico.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é uma instituição que estabelece as convenções internacionais quanto à

definição e proteção do patrimônio cultural. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937, é a autarquia vinculada ao Ministério da Cultura que tem a missão de preservar o patrimônio cultural do país.

Com relação a proteção do Patrimônio Material, ele é protegido por instrumento legal chamado tombamento, enquanto o Patrimônio Imaterial é salvaguardado pelo registro. O Registro de Bens Culturais é um ato administrativo que se aplica exclusivamente aos Bens de Natureza Imaterial. Instituído pelo Decreto nº 3551/2000, é um instrumento legal de preservação, para reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro (IPHAN, 2015).

Segundo o IPHAN (2015), o tombamento configura-se um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Podem ser tombados bens pertencentes à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Nesse último, o tombamento pode se dar de forma voluntária ou compulsória caso o proprietário se recuse a anuir à inscrição do bem.

O tombamento pode ser solicitado por qualquer cidadão ou instituição pública. O pedido é submetido a uma avaliação técnica preliminar e à deliberação do órgão responsável pela preservação. Em caso de aprovação é emitida uma notificação ao proprietário. Com este documento procura-se evitar a destruição do bem até que ele seja inscrito em um dos seguintes Livros do Tombo, que são:

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que engloba bens pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, monumentos naturais, sítios e paisagens; Livro do Tombo Histórico: bens de interesse histórico e as obras de arte históricas; Livro do Tombo das Belas Artes: obras de arte eruditas nacionais ou estrangeiras; Livro do Tombo das Artes Aplicadas: obras incluídas na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (IPHAN, 2015)

Destaca-se que o tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do IPHAN; pelo governo estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou órgão similar; e pelas administrações municipais, utilizando-se de leis próprias.

Já para os patrimônios de cunho Imaterial, existe um instrumento legal denominado Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, e que foi instituído no ano 2000 por meio do Decreto n.º 3.551/2000, e posteriormente regulamentado pela Resolução nº001/2006, que dispõe também sobre um programa especialmente voltado para a questão. Esses bens devem ser registrados em um dos seguintes livros:

Livro de Registro dos Saberes – conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro de Registro das Celebrações – rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro de Registro das Formas de Expressão – manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e o Livro de Registro dos Lugares – mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas (IPHAN, 2015).

Destaca-se ainda que cabe aos governos formularem políticas para incentivar, apoiar e promover a manutenção do patrimônio cultural e facilitar as iniciativas do setor privado.

A Preservação do Patrimônio Cultural é algo de enorme importância para o crescimento social e cultural de um povo, pois os bens culturais retêm todo um conjunto de informações, que refletem crenças, ideias e costumes, além de demonstrar um determinado gosto estético ou algum tipo de conhecimento tecnológico, e servir como documento das condições sócio-políticas e mesmo da econômica das civilizações. Não se pode entender o Patrimônio Cultural somente como um objeto de museu, isso seria um equívoco, pois muito mais do que algo envelhecido, o patrimônio cultural pode ser entendido como um resultado ou extensão do pensamento humano. O contato com os bens culturais permite acesso a uma cultura coletiva, e se constitui em um processo dinâmico, pois acaba por potencializar a reflexão e o senso crítico. Além de tudo, o Patrimônio Cultural pode ser entendido como uma espécie de referencial social, permitindo com que o homem melhor se localize no tempo e no espaço, a partir deste patrimônio. Nesse sentido, o Patrimônio Cultural pode e deve impulsionar à transformação social, potencializar a criatividade, desenvolver o enriquecimento cultural. Tudo isso justifica a sua preservação e conservação, e o seu restauro quando necessário (UFPEL, 2015).

Sobre os conceitos de Preservação, Conservação e Restauração pode-se entender que, Preservação é a manutenção de um bem em seu estado físico principalmente quando ele se encontra em estado de degradação. Deve-se preservar para prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural. Já a Conservação são processos que visam à manutenção do patrimônio, sem alteração de suas características, de modo a preservar seu significado cultural. E a Restauração é um conjunto de atividades que visa restabelecer o estado original ou próximo deste e anterior aos danos decorrentes da ação do tempo, ou do próprio homem em intervenções que descaracterizam um bem imóvel ou móvel (FARIA, 2008).

1.2.2 A História da Preservação do Patrimônio Cultural: Os primeiros mecanismos de preservação.

As primeiras ações de preservação do patrimônio ocorreram na França, durante a Revolução Francesa, “quando a destruição de igrejas, as decapitações de estátuas e os ataques e saques aos castelos levaram os comitês revolucionários a ações de preservar” (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 18). A primeira medida foi tomada pela constituinte de 1789, quando foi estabelecida a transferência dos bens do clero e dos emigrados à nação. Foi criada uma Comissão Monumentos com o objetivo de tombiar as diferentes categorias dos bens recuperados. Esse tombamento implicava na retirada de circulação de bens, a fim de protegê-los. Depois foi feito um inventário e a definição das regras de gestão e de administração da guarda e do controle desses bens nacionais. Segundo Figueira & Miranda (2012, p. 18), “a solução para a “proteção” desses bens foi sua venda para particulares ou sua transferência para depósitos abertos ao público”. É a partir daí que surgem os museus.

As reformas urbanas ocorridas na França e na Inglaterra no século XIX, foram bastante complicadas para a preservação do patrimônio, principalmente por causa da “demolição de edifícios em Paris e em Londres e a construção de avenidas largas, vilas operárias, edifícios e monumentos em nome do “progresso” e do “sanitarismo” fizeram desaparecer as “cidades antigas” (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 18-19). Dessas cidades sobraram apenas memórias, testemunhos, marcas que devem ser conservadas e preservadas.

As primeiras leis para a proteção desses monumentos, contudo, só foram desenvolvidas no início do século XX. A lei de 31 de dezembro de 1913 criou o *classement*, proibindo e punindo a alteração, mutilação ou destruição dos monumentos históricos. Essa prática se espalhou pela Europa, sendo adorada em vários países (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 20).

Ainda no decorrer do século XX, alguns congressos se mostraram bastante importantes para a causa da proteção do Patrimônio Cultural. Em 1931, a Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos, em Atenas, onde foi elaborada a Carta de Atenas, onde foram estabelecidos critérios para a conservação dos patrimônios e deliberaram que deveria haver uma ação conjunta internacional para que isso funcionasse. Segundo FIGUEIRA & MIRANDA (2012, p. 20), “o foco [desse evento] deveria ser pensar formas para o crescimento urbano sem a destruição dos monumentos”.

Entretanto, em 1939, eclodiu na Europa a II Guerra Mundial, e muitos desses monumentos foram destruídos. Em 1945, logo após o término desse conflito, criou-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, uma agência da Organização das Nações Unidas – ONU. A Unesco tem como principal objetivo “garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros, buscando a soluções de problemas que desafiam as sociedades” (NAÇÕES UNIDAS, 2015), principalmente, quando se diz respeito a cultura, educação, comunicação e proteção dos patrimônios culturais mundiais. Desde sua criação, ela se ocupou na defesa de direitos humanos e da discussão de políticas voltadas à conservação das condições ambientais do planeta, encampando as questões da educação para a construção da cidadania. (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 21). Atualmente 193 países fazem parte dessa organização e o Brasil está desde 1964.

Outro evento a ser destacada ocorreu em 1964, em Veneza. Esse evento foi o 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Nesse evento, atualizaram-se e aprofundaram-se as diretrizes até então determinadas, e elaborou-se a Carta de Veneza, na qual “ampliou-se a noção de monumento histórico e se estabeleceu princípios de conservação e restauração de monumentos e sítios monumentais, a documentação dessas atividades e as práticas de escavações arqueológicas” (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 21).

Em 1972, foi criada a Convenção do Patrimônio Mundial, para estimular a preservação de bens considerados importantes para a humanidade. A partir de então foi criada uma Lista do Patrimônio Mundial. Para a avaliação dessa lista foram criados dois órgãos de caráter consultivo: O conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), para bens culturais; e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), para bens naturais. Após a avaliação, esses órgãos informam sua recomendação ao Comitê do Patrimônio Mundial.

Em 1975, foi lançada a Carta de Amsterdã, onde são apresentadas menções sobre o tombamento de cidades históricas como patrimônio mundial e prescrições voltadas para a educação para o patrimônio e sua importância.

Em 1985, foi estabelecida a Carta Internacional para salvaguardar as Cidade Históricas, também conhecida como Carta de Washington. Essa carta vai definir métodos de planejamento e proteção dos conjuntos históricos, cidades, vilas, centros ou bairros históricos, e fala sobre a necessidade da criação de uma cultura de preservação para assegurar a participação e envolvimento dos habitantes desde a idade escolar nesse processo (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 24).

Já no século XXI, destaca-se a Conferência Geral da Unesco, ocorrida em Paris em 2003. Nela foi aprovada a recomendação sobre a necessidade de proteção da cultura tradicional popular, dando importância à cultura imaterial. Segundo Figueira & Miranda (2012, p. 24), esse documento esclarece que o “patrimônio imaterial se manifesta nos seguintes campos: tradições e expressões orais; expressões artísticas; práticas sócias, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; técnicas artesanais tradicionais”.

1.2.3 A Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil

No Brasil, as questões sobre a proteção patrimonial começaram a ser debatidas e consideradas a partir das décadas de 1920 e 1930. Segundo Fonseca (2009), o primeiro fato importante para que isso iniciasse, foi o movimento modernista da década de 1920, que foi protagonista do início dessa discussão, principalmente, porque seus intelectuais ocuparam as direções dos primeiros órgãos nacionais criados para a gestão do patrimônio no Brasil. Destaca-se assim, Mário de

Andrade, que foi poeta, contista, romancistas, músico, cronista. Etnógrafo e diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Andrade foi o grande nome no debate sobre a proteção do Patrimônio Cultural brasileiro na década de 1930. Ele teve intensa participação nas propostas preservacionistas voltadas ao patrimônio e elaborou o anteprojeto que de origem ao SPHAN.

Já o segundo fato importante foi a instalação da chamada Era Vargas (1930 – 1945), período em que Getúlio Dorneles Vargas, governou a presidência do Brasil. Foi na constituição de 1934, que pela primeira vez se fez referência a preservação do patrimônio brasileiro. Diz a constituição, em seu artigo 10, “Compete concorrentemente à União e aos Estados: [...] – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934)

Até o Estado Novo (1937 – 1945), período ditatorial que Getúlio Vargas impôs ao Brasil, foi importante para a proteção do patrimônio brasileiro. Foi nesse momento que ele criou o ministério da Educação e Saúde, de onde saíram o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, o Conselho Nacional de Cultura, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional do Teatro, o Instituto do Cinema Educativo, o Serviço de Radiodifusão Educativa (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 30).

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, iniciou seu funcionamento de forma experimental em 1936. Tendo sua criação oficial pela lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Segundo essa lei em seu artigo 46:

Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. [...] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo. [...] O Conselho Consultivo se constituirá do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República (BRASIL, 1937).

A partir do decreto dessa lei o SPHAN tornou-se o primeiro órgão público preservacionista do patrimônio brasileiro. Já o decreto 25, de 30 de novembro de 1937, definiu como sendo o patrimônio histórico e artístico brasileiro:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Segundo Figueira & Miranda (2012, p. 32), esse decreto organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e iniciou uma política de tombamento e restauração com a finalidade de garantir a integridade dos acervos arquitetônicos, urbanísticos, documental e etnográfico do Brasil, assim, como das obras de arte e dos bens móveis.

As ações de preservação do SPHAN foram importantes para a preservação do patrimônio brasileiro, mas trouxeram à tona uma triste realidade social. Tombaram as casas e os sobrados dos senhores de escravos, mas não contemplaram as senzalas, os quilombos, as vilas operárias, os cortiços, etc. ou seja, os bens relacionados às classes populares não faziam parte dos “fatos memoráveis da história do Brasil” e acabaram sendo descartados.

Em 1968, o SPHAN passou a atuar junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), do estado de São Paulo. O Condephaat foi criado através da lei estadual nº 10.247, de 22.10.1968, e tinha com a finalidade de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Em 1989 a nova Constituição do Estado de São Paulo suas atribuições foram confirmadas, conforme o Artigo 261, que afirma que:

O Poder Público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Todo cidadão tem o direito de solicitar ao CONDEPHAAT a proteção de bens culturais que considere importantes para a memória e para a preservação ambiental (SÃO PAULO, 2015).

Em 2006, o Condephaat passa a ter uma nova estrutura, conforme o Decreto no 50.941, de 05/07/2006. Segundo São Paulo (2015), “gora organizado em torno de um eixo central que coordena duas diretorias, por sua vez responsáveis por dois grupos de trabalho, o resultado é um órgão chefiado por uma equipe articulada de seis técnicos”. Ainda segundo São Paulo (2015), a estratégia a ser adotada é abrir o Condephaat para diálogo e ação conjunta com a sociedade, sejam prefeituras dos municípios ou de outras instâncias públicas do estado, sejam instituições civis representativas ou conselhos locais. A ideia seria montar uma política pública de

preservação do patrimônio, na qual o município exerça papel fundamental na manutenção das características históricas da ocupação urbana e rural, por meio de leis locais e planos diretores integrados.

Na década de 1970, o SPHAN deixa de existir e no seu lugar é criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que atualmente é vinculado ao Ministério da Cultura e é responsável pela preservação do patrimônio tangível e intangível do país. A partir daí os critérios adotados pelo antigo Sphan começam a ser revistos e mudados. A principal mudança da época, segundo FIGUEIRA & MIRANDA (2012, p. 33), foi a inserção da noção de referência cultural, nas discussões. Assim:

O Patrimônio Cultural brasileiro não deveria restringir aos monumentos, aos testemunhos da história oficial, mas deveria incluir também as manifestações culturais representativas dos diversos grupos que compõem a população brasileira: os povos indígenas, os afrodescendentes, os imigrantes, as classes populares em geral (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p 34)

Nas duas décadas posteriores, o surgimento e a luta de movimentos sociais em prol da conquista por direitos e acesso a cidadania imprimiu nesses segmentos sociais o interesse pela reconstrução da memória de suas lutas. Portanto, ter seu Patrimônio Cultural protegido e valorizado foi e é muito importante para a afirmação e manutenção de suas identidades.

Em 1988, após um período em que o país viveu uma ditadura civil militar, foi promulgada uma nova constituição para a nação. Esta constituição foi um importante passo para a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Em seu artigo 215, ela firma legalmente a proteção das culturas populares, tais como, a indígena e a afro-brasileira e estabelece que deve haver um Plano Nacional de Cultura que conduz à:

Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 1988).

Já no artigo 216, fica estipulado o que constitui o Patrimônio Cultural, que agora passam a ser:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de

criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A inclusão do patrimônio imaterial foi uma grande novidade, pois vários bens culturais que até então não eram protegidos passaram a ter, por meio da lei, sua proteção regulamentada. Entretanto foi só após o decreto nº 3551/2000, que proteção desses bens intangíveis foi garantida efetivamente. Esse decreto definiu os bens culturais intangíveis, de natureza imaterial, e estabeleceu seu registro em 4 livros de registros citados anteriormente.

1.2.4 A preocupação com a Preservação do Patrimônio em Santa Catarina

O início da preocupação da preservação do Patrimônio Cultural em Santa Catarina também data da década de 1930, justamente quando ela se inicia no Brasil. Entretanto, até a década de 1970, não existiam órgãos que atuasse nesse campo no Estado e poucos bens tinham sido tombados. Segundo Gonçalves (2011, p. 4), apenas onze bens foram tombados no Estado entre 1938 e 1974. Isso se deu principalmente por que:

Os tombamentos federais privilegiaram, até então, a herança arquitetônica da dominação portuguesa, em combinação com o esplendor barroco; nestes termos, compreensivelmente o Estado de Santa Catarina não foi considerado possuidor de acervo significativo. A chance de alterar esse quadro viria com a criação de uma instância estadual de proteção de bens culturais (GONÇALVES, 2011, p. 4).

Em 1979, através do Decreto Estadual nº 7.439, de 24 de abril, criou a Fundação Catarinense de Cultura, e atribuiu a ela a “promoção da defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, 1979). Segundo o Site da Fundação Catarinense de Cultura, o compromisso dessa instituição é “a valorização da memória e estímulo à produção e difusão cultural, com autonomia para realizar suas ações de modo a democratizar o acesso à cultura no Estado de Santa Catarina”. Ela tem como principal objetivo executar políticas de apoio à cultura; formular, coordenar e executar programas de

incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura; apoiar instituições culturais públicas e privadas; incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais e integrar a comunidade às atividades culturais (FCC, 2015). A Fundação Catarinense de Cultura (2015) tem o objetivo de trabalhar com as ações efetivas na “área de museus, tombamentos de edificações e objetos com valor histórico-cultural, restauração, conservação de bens culturais, além do registro e valorização de bens culturais de natureza imaterial”.

Já de 1974 a 2006, com a instituição da Fundação Catarinense de Cultura, o tombamento chegou a 299 bens em quarenta municípios do Estado catarinense. Entretanto nesse período priorizou-se o tombamento de prédios ligados ao estado ou vinculados à Igreja. Buscou-se ainda dar ênfase nas heranças culturais dos imigrantes e seus descendentes, principalmente alemães e italianos, o que resultou em uma abordagem étnica do patrimônio cultural a ser preservado (GONÇALVES, 2011, p. 6).

Sobre as leis de proteção do Patrimônio Cultural Catarinense, destaca-se que por muito tempo, seguiu-se o modelo da União, sendo pautada no Decreto Federal 25, de 30 de Novembro de 1937. Na década de 1960, começou-se o estudo para a criação de uma lei estadual específica sobre o Patrimônio Cultural, onde foi proposta a criação de um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Catarinense e elaborado a proposta para um projeto de lei. Entretanto somente em 1974, a lei 5.056 de 22 de agosto, foi elaborada para dar conta da proteção dos bens culturais estaduais. Em 1980, essa lei foi renovada, pela lei 5.342 de 22 de dezembro, que por sua vez foi alterada em alguns pontos pela lei 9.342 de 14 de dezembro de 1993 (GONÇALVES, 2011, p. 7-9).

1.3 SOBRE O INVENTÁRIO

De forma bem geral, pode ser dizer que o inventário “é uma forma de pesquisa, onde os pesquisadores buscam descobrir, coletar e organizar informações sobre as referências culturais das comunidades para que possam formar o Patrimônio Cultural Local” (IPHAN, 2013, p. 5). Assim, o inventário é uma forma de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor.

Para que isso aconteça é necessário um olhar ao redor dos espaços da vida, inclusive os que podem estar junto à escola, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural do local.

O inventário se constitui em um instrumento administrativo de preservação do Patrimônio e que tem como principal objetivo a construção do conhecimento a partir do diálogo entre a escola e as comunidades que possuem as referências culturais a serem investigadas. Além disso, ele serve para preservar os bens materiais e imateriais que possuem valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

A importância de se realizar um inventário nas comunidades vem das descobertas que poderão ser feitas e assim proteger o Patrimônio Cultural Local. Além disso, ao se conhecer o Patrimônio Local, pode-se compartilhá-lo com quem não conhece e assim espalhar seu entendimento para os demais moradores da comunidade. A comunidade que conhece a importância de seu patrimônio cultural se torna atuante na busca da preservação desses bens culturais.

1.3.1 As Categorias do Inventário

Para melhor conhecer o Patrimônio Cultural Local e facilitar seu inventário, o IPHAN (2013) sugeriu algumas categorias para facilitar a classificação dos diversos bens culturais: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Práticas. Essas categorias são baseadas nas categorias que o próprio Iphan/MinC utiliza em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural do Brasil.

O IPHAN (2013) define os lugares, como sendo locais que possuem significados especiais para a comunidade, principalmente porque neles coisas importantes acontecem ou já aconteceram. Já os objetos fazem parte da Memória e da História de uma comunidade e são importantes pela função que desempenham ou desempenharam.

Ainda segundo o IPHAN (2013), as celebrações são eventos coletivos em que se comemora ou rememora algum acontecimento. Geralmente são organizadas com antecedência e envolvem muitas pessoas, às vezes diferentes grupos da sociedade.

Em geral, as celebrações se repetem a cada ano, ou de tempos em tempos e são passadas de geração para geração. Podem ter significado religioso, caráter cívico, ou estar relacionadas aos ciclos produtivos, podem ser formas de marcar momentos especiais da vida de uma pessoa junto à sua comunidade, como acontece nos rituais de passagem para a vida adulta. Enfim, são inúmeras as motivações de uma comunidade para se organizar e celebrar.

As formas de expressão são as diferentes maneiras pelas quais uma comunidade demonstra e comunica sua cultura: música, dança, literatura, causos, pinturas, esculturas etc. Um mesmo bem cultural entendido como forma de expressão pode envolver várias dessas linguagens.

E os saberes e práticas, são definidas como formas próprias de produzir algum bem ou realizar algum serviço, como a receita de uma comida típica, ou uma técnica especial utilizada para tocar ou produzir um instrumento musical. Podem ter sentidos práticos ou rituais, sendo que, às vezes, reúnem as duas dimensões. Envolve o conhecimento de técnicas e matérias-primas, que dizem muito sobre o meio ambiente e o modo como as pessoas interagem com ele. Alguns saberes e práticas explicam muito da história de uma comunidade. Algumas práticas estão presentes em muitos lugares, mas se desenvolvem de maneira diferente em cada um.

1.4 Sobre a Educação para o Patrimônio

Aliado os conceitos de História, Memória, Identidade, Patrimônio Cultural, está o de Educação para o Patrimônio. Segundo Grinspum (2000, p. 59), Educação para o Patrimônio:

Constituem-se em formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar bens culturais, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios material e imaterial com excelência e igualdade.

Ao longo da produção do Caderno Temático se trabalhou com o termo Educação para o Patrimônio ao invés de Educação Patrimonial, por se entender,

que esse termo expressa maior abrangência, fazendo com que haja uma melhor interpretação desses bens culturais.

Para Horta (et al, 1999, p. 6), a Educação para o Patrimônio é “um processor permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Deve se trabalhar a Educação para o Patrimônio para buscar levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação, discussão e valorização de sua herança cultural (HORTA, et all, 1999, p. 6).

Segundo a autora, a Educação para o Patrimônio é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. O conhecimento crítico e a apropriação consciente das comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, et al, 1999, p. 6).

Segundo Figueira & Miranda (2012, p. 7-8) a Educação para o Patrimônio “consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar nos sujeitos o interesse de resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva”. Ela abre um leque de possibilidades para a construção das identidades e memórias coletivas e de noções que envolvem a cidadania, como os direitos humanos e os valores da alteridade da ética e da solidariedade.

A Educação para o Patrimônio tem papel fundamental na conscientização dos (as) alunos (as) e de seus (suas) professores (as) sobre a responsabilidade de cada um pelo bem geral, no lugar onde vive e na sociedade como um todo. Essa educação deve possibilitar aos sujeitos perceber o Patrimônio Cultural como parte de sua própria história. Tal percepção vai lhe proporcionar a oportunidade de conhecer e vivenciar os costumes e a cultura local, construindo laços de efetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive (FIGUEIRA & MIRANDA, 2012, p. 7-8).

2 – O PRODUTO FINAL: A ELABORAÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL SOMBRIENSE.

O Produto Final do Mestrado Profissional em Ensino de História, consiste em um material didático-pedagógica ou um projeto de intervenção escolar, que tem como principal objetivo “gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado pelos profissionais da área da História, ou de outras áreas, nos diferentes contextos onde são mobilizadas formas de representação do passado” (UERJ, 2014, p. 5).

Segundo a UERJ (2014), o Produto Final, pode ser elaborado em diferentes formatos, tais como: textos dissertativos, documentários, exposições, materiais didáticos, projetos de intervenção em escolas, museus ou espaço similares. Em outras palavras é um material ou uma intervenção didático-pedagógico, que possam ser utilizados por professores (as) e seus (suas) respectivos (as) alunos (as) no cotidiano escolar e que ajudem no ensino-aprendizagem da História.

Assim, como proposta de Produto Final foi elaborado um Caderno Temático, intitulado “O Patrimônio Cultural em Sala de Aula: Educação e Proteção ao Patrimônio Sombriense”, que tem como objetivo principal a tentativa de sensibilizar e conscientizar os (as) alunos (as) dos anos finais do Ensino Fundamental (6º a 9º Anos) das escolas municipais de Sombrio/SC, e seus (suas) respectivos (as) professores (as) de História sobre a importância de proteger e preservar o Patrimônio Cultural Local.

Entende-se que existe uma carência muito grande de produções e projetos que busquem através da Educação para o Patrimônio a valorização do Patrimônio Cultural Local, sendo que esses temas são pouco desenvolvidos nas escolas, ficando muitas vezes restritos aos primeiros anos do ensino fundamental (1º a 5º anos), quando se trabalha a História Local e de Santa Catarina.

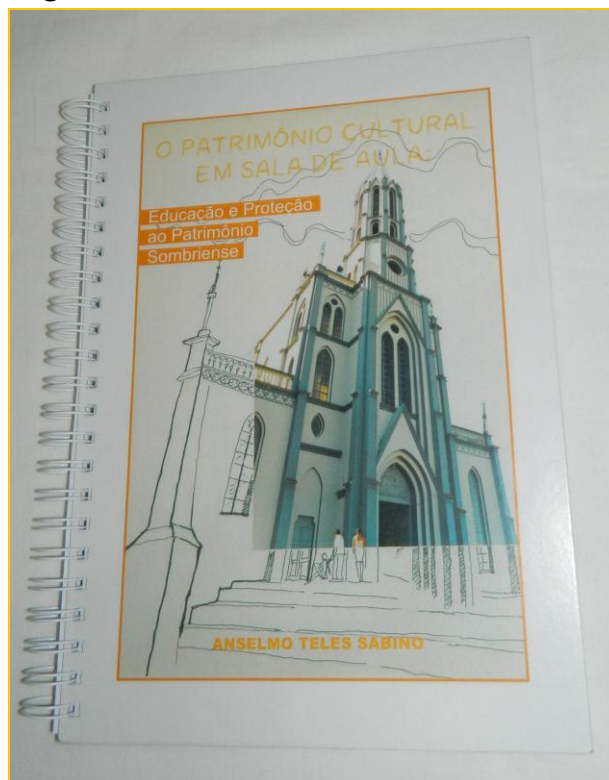
Entretanto, acha-se que deva haver uma continuidade dos estudos desses temas em todos níveis de aprendizagem, sendo muito importante para a preservação da Cultura e da História Local, também seu desenvolvimento nas séries finais do Ensino Fundamental (6º a 9º anos), dessa forma, foi elaborado o Produto Final, para suprir essa carência. Mas é claro que o Caderno Temático não é algo fechado, sendo que, os (as) professores (as) das séries iniciais do ensino

fundamental e até mesmo do ensino médio, poderão e deverão utilizá-lo em suas aulas.

O material elaborado é composto por textos, imagens e atividades, que foram devidamente pensados e organizados, de forma clara e direta, para estimular os estudantes a entrarem no mundo do Conhecimento Histórico e do Patrimônio Cultural. Para desenvolver o projeto gráfico e diagramação do Caderno Didático-Pedagógico foi utilizado o programa InDesign² da Adobe e desenvolvido pela mestre em Designer Gráfico, Raquel Corrêa Cordeiro³. Foi iniciado a elaboração do material através de um brainstorming com temas relacionados ao produto e público-alvo. Em seguida foi pesquisado em referências e materiais didáticos similares para buscar inspiração.

Ele foi organizado no tamanho A4, possuindo 21 cm de largura e 29,70 cm de altura. Possui capa dura e encadernação em espiral e tem o total de 93 páginas, conforme a figura 1:

Figura 1: Foto do Caderno Temático



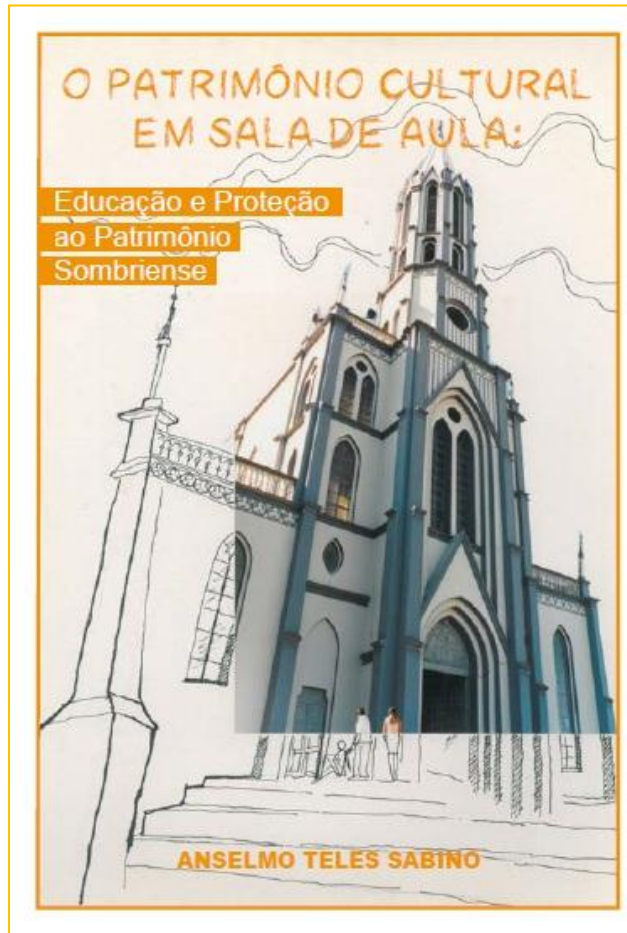
Fonte: Autor, 2016

² Adobe InDesign é um software da Adobe Systems desenvolvido para diagramação e organização de livros, jornais, revistas, etc.

³ Possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Pós-graduação em gestão de projetos gráficos, pela Elisava, Barcelona - Espanha (2009). Mestrado em design pela Esdi, Uerj (2014). Tem experiência na área de Desenho Industrial, com ênfase em Programação Visual, atuando principalmente em design editorial.

Em sua capa foi utilizada uma montagem, onde a imagem principal dá destaque à Igreja Matriz de Sombrio com traços de desenhos feitos a mão. O autor dessa montagem é o artista plástico catarinense Jone Cezar de Araújo⁴, possuidor de diversas obras espalhadas por Santa Catarina. Atualmente essa imagem faz parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal de Sombrio – Padre João Reitz. Na figura 2, a capa do Caderno Temática:

Figura 2: Capa do Caderno Temático



Fonte: Autor, 2016.

Foi resolvido utilizar no projeto a cor laranja, pois é uma cor alegre que remete a jovens e ao mesmo tempo a História. Usou-se uma família tipográfica mais simples, a Arial, que não tem serifa⁵, para melhorar a legibilidade nos textos, contrastando com uma fonte simulando a escrita manual, chamada Cheveuxdange. Esta deixa o material mais informal e convida os alunos a escreverem e interagirem com as atividades.

⁴ Jone Cezar de Araujo é natural da cidade sul catarinense de Morro da Fumaça, mas reside em Florianópolis mais de 40 anos. Ele é muito conhecido por suas obras que envolvem presépios natalinos.

⁵ Na tipografia, as serifas são os pequenos traços e prolongamentos que ocorrem no fim das hastes das letras.

Na parte de traz da capa do Caderno Temático, foi colocada a ficha técnica, contendo diversas informações importantes sobre a elaboração do material. Nessa parte do caderno, buscou-se explicar que esse é um material de apoio didático-pedagógico sendo elaborado como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História pelo Mestrado Profissional (PROFHISTÓRIA) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Foram colocados também informações importantes, tais como: Quem pesquisou e elaborou o material; Quem foi responsável pela orientação desse trabalho; Quem fez o projeto gráfico; Quem foi responsável pela revisão gramatical e ortográfica; Além dos agradecimentos as pessoas importantes que contribuíram para a elaboração do material e também os apoios recebidos. Pode-se observar essa informação na figura 3:

Figura 3: Ficha Técnica



Fonte: Autor, 2016.

Já nas páginas 6 e 7, está a *Apresentação* do Caderno Temático aos leitores. Nessa apresentação busca-se explicar um pouco da História do autor; qual sua graduação; onde ele leciona; o porquê da elaboração do caderno e de suas atividades; e para finalizar dá-se ênfase a importância do material. A figura 6 mostra a primeira página apresentação do Caderno Temático:

Figura 6: Apresentação do Caderno



Fonte: Autor, 2016.

O Caderno Temático foi dividido em quatro capítulos, sendo que cada um deles é composto de textos, imagens e atividades, buscando fazer com que os (as) alunos (as) entendam a importância do estudo da História para a preservação e conservação de seu Patrimônio Cultural e de sua Identidade Cultural. Os capítulos são: Discutindo História, Memória e Identidade; Sombrio: Um pouco de sua História

e Cultura; Aprendendo sobre o Patrimônio Cultural; e Inventariando o Patrimônio Local. Cada um desses capítulos será discutido nos itens a seguir.

2.1 PRIMEIRO CAPÍTULO: “DISCUTINDO HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE”.

No primeiro capítulo do Caderno Temático, busca-se fazer com que os (as) alunos (as) e seus (suas) professores (as) tenham contato com temas importantes para a discussão sobre o Patrimônio Cultural. Foram trazidos à tona os seguintes assuntos: História, Memória e Identidade, que segundo Figueira & Miranda (2012, p. 45) são “aspectos centrais para o estudo e a compreensão do significado do Patrimônio Cultural e da Educação para o Patrimônio”. Apesar de serem termos que estão presentes no cotidiano das pessoas, o significado de cada um deles implica em discussões complexas e profundas propiciando intensas discussões.

2.1.1 Aprendendo sobre a História, o (a) Historiador (a), a Profissão de Historiador (a) e Fontes Históricas.

Como primeiro conceito proposto para ser discutido pelos (as) alunos (as) e professores (as), está o conceito de *História*. Segundo Silva & Silva (2015), esse conceito está em constante mutação e é preciso que o (a) professor (a) leve a reflexão em torno dessa constante mudança para a sala de aula, fornecendo instrumentos para que os estudantes possam compreender a complexidade da História e a dificuldade de se responder à pergunta “O que é História?”. Por isso quando se pensou em trabalhar esse conceito através do caderno temático, buscou-se trabalhar da maneira a fazer com que os (as) próprios (as) alunos (as) e seus (suas) professores (as), discutam e elaborem, juntos, um conceito comum. Sabemos entretanto, que não é possível oferecer uma definição fechada para esse conceito, por isso a importância de fazer os estudantes e professores (as) pensarem e elaborarem uma definição própria desse tema. Na figura 7, parte do caderno que propõe a elaboração de um conceito de História, relacionado a vida dos alunos:

Figura 7: Sobre História

SOBRE HISTÓRIA:

O primeiro conceito que iremos entender e discutir é o de História. Para que isso possa acontecer gostaríamos de saber o que você entende por História. No espaço abaixo, responda a seguinte pergunta:



**O QUE VOCÊ
ENTENDE POR
HISTÓRIA?**

Obs.: Iremos socializar as respostas com o demais colegas.

JUNTANDO AS IDEIAS



A História é algo muito importante para a nossa vida. Através dela entendemos os acontecimentos que passaram e podemos assim, planejar nossas ações no presente e no futuro. Entretanto, como podemos notar nas falas dos colegas, várias pessoas tem formas diferentes de entender o conceito de História. Vamos, juntos formular um conceito comum da nossa turma sobre a História.

Obs.: Escreva esse conceito nas linhas.

10

Fonte: Autor, 2016.

Entretanto, deixa-se bem claro que a História é muito importante para a nossa vida, pois através dela que entendemos os acontecimentos que passaram e assim podemos planejar nossas ações no presente e no futuro. Contudo, tem-se que deixar bem claro aos estudantes que existem diferentes formas de entender o conceito de História e que juntos fica mais fácil de se ter esse entendimento.

Outro assunto abordado junto ao conceito de História é o conceito de Historiador (a). De uma forma simples buscou-se mostrar aos estudantes que o Historiador (a) é a pessoa que vai dedicar boa parte de sua vida ao estudo da História. Eles passam anos estudando e aprendendo a desvendar os registros deixados pelos antepassados, as fontes históricas; e através delas desvendar os

mistérios da história. Sobre ser Historiador, ele apresenta algumas qualidades essenciais apresentada na página 11 do caderno e na figura 8, a seguir:

Figura 8: Qualidades Essenciais para ser um Historiador.



Fonte: Autor, 2016.

Ainda nessa parte desse capítulo, outros assuntos serão apresentados aos leitores, tais como: a profissão de Historiador e as Fontes Históricas. Sobre a Profissão de Historiador, sabe-se que ela ainda não é regulamentada pelo Governo Federal, mas que existe uma proposta para que isso aconteça. Isso se dará com a aprovação do projeto de lei 4699/2012 elaborado pelo senado federal. Esse projeto foi colocado no Caderno Temático, buscando fazer com que os estudantes possam discutir com seus (suas) Professores (as), a proposta elaborada pelo governo para reconhecimento da profissão.

Para melhorar o entendimento dos estudantes sobre quem são os historiadores, foram elaboradas três atividades (atividade 1, 2 e 3) para melhor compreensão. A *atividade 1*, “Conhecendo os (as) Historiadores (as) Locais”, busca-se conhecer o (a) Historiador (a) que rodeia o cotidiano dos estudantes, ou seja, o (a) Historiador (a) que influencia sua vida, nesse caso, seu (sua) professor (a). Propõe-se nessa primeira atividade que os (as) alunos (as) façam uma entrevista

com eles (elas) para descobrir aspectos importantes de sua vida e de sua formação. Na figura 9, atividade 1:

Figura 9: Atividade 1 - Conhecendo os (as) Historiadores (as) Locais

Atividade 1 >> CONHECENDO OS (AS) HISTORIADORES (AS) LOCAIS

O (A) seu (sua) Professor (a) de História é um (a) Historiador (a). Provavelmente ele (a) estudou em uma instituição de ensino que o graduou para exercer a função de lecionar essa disciplina. Essa primeira atividade propõe que você conheça um pouco mais da História de seu (sua) professor (a). Faça uma entrevista com ele e pergunte:

A) Onde ele (a) se formou em História?	G) Qual foi o seu tema de Trabalho de Conclusão de Curso?
B) Por que ele (a) escolheu essa profissão?	H) Ele (a) possui pós-graduação? Qual a área?
C) Qual foi o período (ano de começo e ano de término) dessa graduação?	I) Qual o autor (a) ele (a) mais gosta?
D) Qual a disciplina que ele (a) mais gostava na sua graduação? Por que?	J) Qual o filme sobre história ele (a) mais gosta?
E) Qual o (a) professor (a) que ele (a) mais gostava? Qual era a matéria que esse (a) professor (a) ensinava?	K) Outras perguntas que você quiser fazer:
F) Qual a parte da história que ele (a) gosta mais de ensinar?	Você conhece outro (a) historiador (a)? Qual o nome dele (a)? Onde ele (a) trabalha?

Fonte: Autor, 2016


A *atividade 2*, “Conhecendo os (as) Historiadores (as) Locais – Parte 2”, busca fazer com que os estudantes conheçam os (as) historiadores (as) locais e sua produção bibliográfica. Nessa atividade os alunos devem pesquisar na biblioteca de sua escola, e/ou na Biblioteca Pública Municipal, autores e obras que retratem a História do município. Na figura 10, é exemplificada a atividade 2:

Figura 10: Atividade 2 - Conhecendo os (as) Historiadores (as) Locais – Parte 2

Atividade 2 >> CONHECENDO OS (AS) HISTORIADORES (AS) LOCAIS – PARTE 2.

Muitos (as) Historiadores (as) escreveram sobre a História de nosso município. Da mesma forma, existem vários livros que contam a história da cidade. Nessa segunda atividade iremos conhecer essas obras. Faça uma pesquisa na biblioteca de sua escola, e ou na biblioteca municipal e identifique quais são os (as) autores (as) e suas obras que falam sobre a História do Município. Escreva essas informações no espaço abaixo.

<p>Nome do Livro: _____</p> <p>Nome do Autor: _____</p> <p>Editora: _____ nº de Páginas: _____</p> <p>Ano de Lançamento: _____</p>	<p>Nome do Livro: _____</p> <p>Nome do Autor: _____</p> <p>Editora: _____ nº de Páginas: _____</p> <p>Ano de Lançamento: _____</p>
<p>Nome do Livro: _____</p> <p>Nome do Autor: _____</p> <p>Editora: _____ nº de Páginas: _____</p> <p>Ano de Lançamento: _____</p>	<p>Nome do Livro: _____</p> <p>Nome do Autor: _____</p> <p>Editora: _____ nº de Páginas: _____</p> <p>Ano de Lançamento: _____</p>
<p>Nome do Livro: _____</p> <p>Nome do Autor: _____</p> <p>Editora: _____ nº de Páginas: _____</p> <p>Ano de Lançamento: _____</p>	<p>Nome do Livro: _____</p> <p>Nome do Autor: _____</p> <p>Editora: _____ nº de Páginas: _____</p> <p>Ano de Lançamento: _____</p>



Fonte: Autor, 2016.

Já na *atividade 3*, “Conhecendo Alguns (mas) Historiadores (as) Nacionais e Internacionais”, propõem-se que, dentre vários (as) Historiadores (as) importantes, os estudantes escolham um de uma lista com 16 nomes e que pesquisem sobre a vida e o trabalho deles. O objetivo dessa atividade é que os alunos entrem em contato com historiadores (as) de diversas partes do mundo e fiquem sabendo um pouco de suas ideias e trabalho. A figura 11, traz a atividade 3:

Figura 11: Atividade 3 – Conhecendo Alguns (mas) Historiadores (as) Nacionais e Internacionais

Atividade 3 >>> CONHECENDO ALGUNS (MAS) HISTORIADORES (AS) NACIONAIS E INTERNACIONAIS.

Muitos (as) historiadores (as) nacionais e internacionais se destacaram ou ainda se destacam no estudo da História. Eles (as) elaboraram conceitos e ideias que nos fazem refletir sobre a importância que a história tem para a nossa vida e para a vida das outras pessoas. Dessa forma é proposto que você escolha (ou que seu (sua) professor (a) indique) um dos (as) historiadores (as) citados (as) abaixo para que você faça uma pesquisa sobre a vida desses (as) estudiosos (as).

A) Boris Fausto; **E) Eric Hobsbawm;**
B) Caio Prado Júnior; **F) Gilberto Freyre;**
C) Ciroe Bittencourt; **G) Heródoto;**
D) Ciro Flamarión Cardoso; **H) Jacques le Goff;**

J) Janice Gonçalves; **N) Mary Del Priore;**
K) Jörn Rüsen; **O) Michel de Certeau;**
L) Joseph Ki-Zerbo; **P) Peter Burke;**
M) Maria Auxiliadora Schmidt; **Q) Pierre Nora;**

R) Outro (a) Historiador (a) que você quiser aprender sobre....

Fonte: Autor, 2016.

O último assunto importante discutido nessa primeira parte desse primeiro capítulo, fala sobre as Fontes Históricas. Nessa parte mostra-se de forma bem simples aos estudantes que fontes históricas são registros deixados ao longo do tempo e que os (as) Historiadores (as) utilizam para contar a História. Que sem essas fontes, seria impossível desvendar a História dos antepassados e que elas estão presentes no nosso dia a dia. Nessa parte ainda, foi discutido ainda, as Fontes Materiais e as Fontes Imateriais.

A *atividade 4*, “Reconhecendo Fontes Históricas”, propõe um exercício com os estudantes. Foram colocadas nove imagens de diferentes fontes históricas e através da observações dessas fontes os (as) alunos devem dizer quais são Fontes Materiais e quais são Fontes Imateriais. Na figura 12, é retratado a atividade 4:

Figura 12: Atividade 4 – Reconhecendo Fontes Históricas

Atividade 4 >> RECONHECENDO FONTES HISTÓRICAS

Como vimos anteriormente, o (a) Historiador (a) utiliza as fontes para estudar a História. Se não fossem essas fontes ele (a) não conseguiria entender ou desvendar a História de nossos antepassados. Vimos também que existem dois tipos de fontes: as Materiais e as Imateriais. Será que você consegue identificá-las? Observe as figuras abaixo que representam algumas fontes históricas e as identifique colocando (MA) para Fontes Materiais ou (IM) para Fontes Imateriais:

		
A) Moedas Antigas ()	B) Cantar uma Música ()	C) Cartas ()
		
D) Cozinhar uma Receita ()	E) Máquina de Escrever ()	F) Fazer uma Reza ()
		
G) Realizar uma entrevista ()	H) Livros Antigos ()	I) Passar o conhecimento ()

Fonte: Autor, 2016.

A *atividade 5*, “Trabalhando com Fontes Históricas”, propõe que os (as) alunos (as) identifiquem fontes que possam ser utilizadas para contar sua História e de sua família. Essas fontes que são pertencentes a seu dia a dia deverão ser trazidas para a sala de aula, para ser mostrado aos colegas, que em diferentes locais, no caso as casas dos alunos, podem existir diferentes fontes históricas. Na figura 13, está representada a atividade 5:

Figura 13: Atividade 5 – Trabalhando com Fontes Históricas

Atividade 5 >> TRABALHANDO COM FONTES HISTÓRICAS

Existem em nossas casas várias fontes que podem contar a sua história ou de sua família. Nessa atividade precisamos que você escolha uma dessas fontes e com o consentimento de seus pais ou responsável, traga para que possamos analisá-la como historiador (a).

ANALISE DA FONTE HISTÓRICA:

Que fonte histórica é?

Quando e como ela foi feita?



Onde ela foi feita?

O que ela representa?

Qual a história dessa fonte?

Fonte: Autor, 2016.


A *atividade 6*, “Fazendo o Trabalho de um (a) Historiador (a)”, possibilita que os estudantes entrem no papel de Historiador (a), onde eles irão elaborar um pequeno questionário composto de 10 perguntas que serão feitas aos colegas e a partir das respostas será contado um pouco dessa História. Na figura 14, a atividade 6:

Figura 14: Atividade 6 – Fazendo o Trabalho de um (a) Historiador (a)

Atividade 6 >> FAZENDO O TRABALHO DE UM (A) HISTORIADOR (A)

Como já foi visto e discutido anteriormente, o (a) Historiador (a) é aquele (a) que dedica a vida ao estudo da História. Que estuda e conta a história das pessoas, das coisas, dos lugares, etc. Nessa próxima atividade, é proposto que você faça o papel de um (a) Historiador (a). Você irá elaborar um pequeno questionário com 10 perguntas que serão feitas a um (a) de seus (suas) colegas. A partir das respostas você contará um pouco da história dele (a).

OBS.: Faça as perguntas dessa atividade nas linhas abaixo:



The illustration shows a person with glasses and a blue shirt sitting at a wooden desk in a library. They are reading an open book. The desk has several papers, a pen, and a small green object. Behind them is a large bookshelf filled with many colorful books.

Below the text and illustration is a large rectangular area with a dashed border, containing ten horizontal dashed lines for writing.

Fonte: Autor, 2016.


A *atividade 7*, “Contando a História de seu (sua) Colega”, complementa a atividade 6, pois com as respostas dessa atividade os (as) alunos (as) irão fazer uma redação com as ideias captadas contando a história do colega. No final dessa atividade haverá uma socialização das redações. Na figura 15, a atividade 7:

Figura 15: Atividade 7 – Contando a História de seu (sua) Colega

Atividade 7 >>> CONTANDO A HISTÓRIA DE SEU (SUA) COLEGA

Agora que através das perguntas você pode conhecer um pouco da História de seu (sua) colega, essas informações irão se tornar uma Fonte Histórica Material. Nas próximas linhas você irá fazer uma redação com as ideias captadas nas perguntas contando a história de seu (sua) colega.

P.S.: Não esqueça de colocar um título.



A large rectangular area with horizontal dashed lines for writing, intended for the student's response to the activity.

Fonte: Autor, 2016.

2.1.2 Entendendo sobre Memória, Memória Individual e Coletiva.

Já na segunda parte, do primeiro capítulo, busca-se levar de forma simples, até os estudantes e seus (suas) professores (as) a questão da Memória. Busca-se nessa parte diferenciar a memória do computador, do celular, do vídeo game, entre outros; tão usadas e presentes na vida dos (as) alunos (as); da Memória dos seres humanos. É mostrado aos alunos que tudo que aprendemos, fica guardado no cérebro e que é lembrado graças à Memória. Assim, a Memória pode ser utilizada

pelo (a) Historiador (a) como fonte histórica, pois, no dia a dia é presenciado momentos históricos importantes.

Nessa parte buscou-se também diferenciar a Memória Individual, que é aquela que se refere às vivências e experiências individuais, mas que possuem aspectos da memória do grupo social onde se formou; dá Memória Coletiva, que é a memória de um grupo social passada de uma geração para a seguinte, ou ainda a memória compartilhada de um grupo, família, grupo religioso, étnico, classe social ou nação. Na figura 16, a definição de Memória, Memória Individual e Coletiva proposta no caderno:

Figura 16: Sobre Memória

SOBRE MEMÓRIA:



É provável que quando você pense em memória, você logo lembre da memória do computador, do celular, do video game, etc. Bom a memória que aqui tentaremos entender é um pouco diferente, mas possui basicamente a mesma função. Estamos falando da memória dos seres humanos. Você já notou que sempre lembramos de muitas coisas? Como por exemplo, o caminho para a nossa casa; como fazer uma conta de matemática; aquela matéria que aprendemos na aula de história, entre muitas outras coisas. Tudo o que aprendemos fica guardado em nosso cérebro e lembramos graças a nossa Memória. Assim, essa memória pode ser usada pelo historiador como fonte histórica. Pois todos nós no nosso dia a dia presenciamos momentos históricos importantes. Desta forma a memória é importante pois através dela podemos conhecer aspectos das sociedades que muitas vezes não foram registradas nas fontes materiais. Podemos definir a memória como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-las às novas gerações.

Para a História, existe dois tipos de memória:



A Memória Individual, que é aquela que se refere às vivências e experiências individuais, mas que possuem aspectos da memória do grupo social onde ele se formou.



A Memória Coletiva, que é a memória de um grupo social passada de uma geração para a seguinte, ou ainda a memória compartilhada de um grupo, família, grupo religiosos, étnico, classe social ou nação.

Fonte: Autor, 2016

A *atividade 8*, “Jogo da Memória”, foi elaborada para que os estudantes pudessem exercitar sua memória. Foram confeccionadas 40 cartas, com imagens e suas respectivas fichas técnicas, que representam lugares e fazeres importantes para a História e a Cultura Catarinense e Brasileira. O objetivo dessa atividade é que através das cartas e fichas técnicas os (as) alunos (as) possam conhecer um pouco do nosso Patrimônio Cultural. Na figura 17, a atividade 8, o jogo da memória:

Figura 17: Atividade 8 – Jogo da Memória



Fonte: Autor, 2016.

Essa atividade também foi pensada para tornar o caderno temático um pouco mais lúdico, já que os estudantes terão que recortar a atividade para poderem jogar, permitindo também que possa ser interagido por mais de um aluno, permitindo que o jogo da memória possa ser jogado por várias pessoas.

2.1.3 Conhecendo Sobre Identidade.

Na última parte do primeiro capítulo do Caderno Temático, foi trabalhado sobre tema, Identidade. Esse termo pode ser definido como um conjunto de características sociais, étnicas, religiosas, políticas e culturais que definem um

indivíduo ou um grupo de indivíduos. Essas características ajudam na construção do “eu”, permitindo que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros, mas não deixando de entender que ele faz parte de um conjunto de grupos que definem quem ele é. Isso acontece em casa, na escola, na igreja, na comunidade, ou em outro local que ele frequente.

Desta forma, é importante entendermos que existem uma gama muito grande de identidades dentro da nossa própria comunidade, e que cada um tem a sua, é o que chamada de Identidade Pessoal. Mas que também existem identidade que se formam a partir da vivência em grupo e que podemos chamar de Identidade Coletiva. A participação das pessoas em vários grupos, ajuda a formar a identidade coletiva, pois as pessoas acabam absorvendo características desses grupos. Na figura 18, a definição de Identidade:

Figura 18: Sobre Identidade.

SOBRE IDENTIDADE:

Quando falamos de Identidade, não estamos falando daquele documento oficial, emitido pelo governo federal e que todas as pessoas tem, e que é conhecido também como Carteira de Identidade, Registro Geral ou R.G, ou seja, a representação oficial do indivíduo como cidadão.

A Identidade que aqui queremos mostrar é outra. A que estamos nos referimos é definida como um conjunto de características sociais, étnicas, religiosas, políticas e culturais que definem um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

Essas características ajudam na construção do “eu”, permitindo que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros, mas não deixando de entender que ele faz parte de um conjunto de grupos que definem quem ele é. Isso acontece em casa, na escola, na igreja, na comunidade, ou em outro local que ele frequente.

Desta forma, é importante entendermos que existem uma gama muito grande de identidades dentro da nossa própria comunidade, e que cada um tem a sua, é o que chamada de Identidade Pessoal. Mas que também existem identidade que se formam a partir da vivência em grupo e que podemos chamar de Identidade Coletiva. A participação das pessoas em vários grupos, ajuda a formar a identidade coletiva, pois as pessoas acabam absorvendo características desses grupos.

Por existirem identidades diferentes dentro de nossas comunidades, pois em nosso país, há a liberdade de escolhermos aquilo que queremos ser e de que forma queremos viver, ou a que grupos queremos pertencer, deve haver também o respeito pelas identidades dos outros. Ninguém é obrigado a ser como eu ou como você. Cada um é livre para seguir sua religião, etnias, políticas, time de futebol, ou seja, as características que ajudam a definir a sua identidade. Respeitar as identidades dos outros é essencial para a boa vivência da comunidade e das pessoas que vivem nela.



Fonte: Autor, 2016.

Por existirem identidades diferentes dentro de nossas comunidades, pois em nosso país, há a liberdade de escolhermos aquilo que queremos ser e de que forma queremos viver, ou a que grupos queremos pertencer, deve haver também o respeito pelas identidades dos outros. Ninguém é obrigado a ser igual a ninguém. Cada um é livre para seguir sua religião, etnias, políticas, time de futebol, etc; ou seja, as características que ajudam a definir a sua identidade. Respeitar as identidades dos outros é essencial para a boa vivência da comunidade e das pessoas que vivem nela.

A *atividade 9*, “Conhecendo um Pouco de sua Identidade”, busca fazer com que os estudantes entendam que apesar de termos características que muitas vezes nos assemelha, é importante se entender que também temos muitas diferentes. Nessa atividade foi proposta a identificação das características de cada uma, onde no final foi solicitado ao (a) professor (a) que faça uma discussão sobre essas diferenças. Na figura 19, a atividade 9:

Figura 19: Atividade 9 - Conhecendo um Pouco de sua Identidade

Atividade 9 >> CONHECENDO UM POUCO DE SUA IDENTIDADE

Todos nós temos características que são muitas vezes parecidas com as dos colegas, como por exemplo a cor dos olhos ou a cor dos cabelos; ou que nos difere deles, como nossa religião ou a forma que nos vestimos. Para compreendermos a nossa identidade é importante identificarmos essas características. Nessa atividade iremos fazer isso, respondendo o seguinte questionário:



Qual o seu primeiro nome?

Quem escolheu esse nome para você?

Por que foi escolhido esse nome?

Quais são os seus sobrenomes?

Onde você nasceu?

De que cor são seus olhos?

De que cor é a sua pele?

De que cor é o seu cabelo?

Qual a sua religião?

Fonte: Autor, 2016.

2.2 SEGUNDO CAPÍTULO: SOMBRIO - UM POUCO DE SUA HISTÓRIA E CULTURA.

No segundo capítulo do caderno temático, vai-se trabalhar um pouco sobre a História do município de Sombrio. Sombrio é um município do extremo sul catarinense, localizado a 30 km da fronteira com o Rio Grande do Sul e a 220 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Ele faz limite ao sul com Santa Rosa do Sul; ao norte com Araranguá e Ermo; ao oeste com Jacinto Machado e a leste com Balneário Gaivota. Atualmente possui uma área de 142 km², possuindo uma população de aproximadamente, 28.966 habitantes, distribuídos em 17 bairros da zona urbana e da zona rural.

Esse segundo capítulo foi dividido em quatro partes. A primeira intitulada “Uma História Sombriense” fala sobre aspectos interessantes da História do município, tais como, a origem do seu nome e as origens étnicas. Essa parte é composta por duas atividades. Já na segunda parte foi trabalhado os “Recursos Naturais”, da cidade, dando destaque para a Lagoa de Sombrio, as Furnas e as Figueiras. Na terceira parte, sobre “A evolução Política Municipal” desenvolve-se uma discussão sobre as origens do município, desde sua ocupação pelos povos nativos brasileiros; passando pela fundação da Paróquia. E a quarta e última parte fala-se um pouco da cultura sombriense.

2.2.1 Uma História Sombriense

Nessa parte do Caderno Temático, foi-se trabalhado sobre alguns aspectos interessantes sobre a História do Município. O primeiro item dessa parte fala sobre a origem do nome “Sombrio”, dado ao município. Tentou-se mostrar aos estudantes que essa origem tem duas explicações. A primeira vem dos primeiros colonizadores da região que avistaram as margens de uma imensa lagoa, um morro escuro, Sombrio. Além disso, ao redor desse mesma lagoa existiam centenas de figueiras que possuíam muitas sombras, fazendo com que a região ficasse ainda mais sombria. Já a segunda explicação está ligada aos tropeiros que passavam pela região levando suas tropas para o norte do estado ou para o Rio Grande do Sul. Eles utilizavam as sombras das figueiras para repouso, principalmente nas margens dos rios, onde davam de beber as tropas. Identificavam a área de repouso como

sendo “sombra do rio”, o nome teria evoluído para Sombrio: local de sombra do Rio (FARIAS, 2000, p. 7).

Na década de 1950, por vontade do pároco municipal padre João Reitz, tentou-se mudar o nome da cidade para Liriópolis, cidade dos lírios, mas não foi aceito pela comunidade local. Na figura 20, um pouco da História Sombriense:

Figura 20: Uma História Sombriense

UMA HISTÓRIA SOMBRIENSE

O nosso município, chama-se **SOMBRIO**. Ele está localizado no extremo sul catarinense, a 30 km da fronteira com o Rio Grande do Sul e a 220 km da capital de nosso estado, Florianópolis. Faz limite ao sul, com Santa Rosa do Sul; ao norte com Araranguá e Ermo; ao oeste com Jacinto Machado e a leste com Balneário Galvota. Atualmente possui uma área de 142,7 km². Possui uma população de 28.966 (dados de 2015) distribuída em 17 bairros divididos entre a zona urbana e a zona rural.

Nome do Município:

Você sabe a origem do nome de nosso município? Por que será que ele recebeu esse nome? Será que ele já possuía outro nome? Vamos entender?

Nas bibliografias esortas sobre a história existem 2 explicações relacionadas a essas questões.

A primeira é que esse nome teria sido dado pelos primeiros colonizadores da região de Torres (cidade próxima e pertencente ao Rio Grande do Sul), que podiam observar de sua localidade, mais ao norte “um morro escuro, SOMBRIO”. Em expedição até o local, descobriram uma grande lagoa, que posteriormente foi chamada de Lagoa de Sombrio, e que possuía a seu redor muitas figueiras que, com suas sombras, faziam que a região ficasse ainda mais sombria.

A segunda explicação tem a ver com os Tropicéis¹ que passavam pela região levando suas tropas para o norte do estado ou para o Rio Grande do Sul. Na região, antes de subir a serra ou atravessar o Rio Mampituba, utilizavam as sobras das figueiras para repouso, principalmente nas margens dos rios, onde davam de beber as tropas. Identificando a área de repouso como sendo “sombra do rio”, o nome teria evoluído para Sombrio: local de sobra do rio.

1 Tropicéis eram viajantes rotineiros da região que vinham do Rio Grande do Sul e levavam gado e outros produtos para São Paulo, utilizando o sul catarinense, e consecutivamente a região de Sombrio, como caminho.

Você sabia que nosso município quase teve outro nome? Houve uma tentativa de mudança do nome do município quando ele foi instalado em 1953. Por solicitação do então pároco Padre João Reitz, tentou-se mudar o nome do município para Liriópolis, cidade dos lírios. Quando a comunidade ficou sabendo sobre a mudança, posicionou-se contra e pressionou o governo do Estado para que mantivesse o nome de Sombrio. Pra quem não sabe, o Lírio é uma linda flor. Mas o interessante é que atualmente ela não é uma flor predominante na região. Será que era na década de 1950 quando tetaram mudar o nome do município?

Fonte: Autor, 2016.

Nessa parte também se propõem-se aos estudantes fazerem uma reflexão sobre as origens étnicas do município, pois por muito tempo, se falou que Sombrio era uma cidade exclusivamente de origem açoriana. Isso aconteceu porque os primeiros colonizadores da região teriam vindo do Arquipélago dos Açores, no

século XIX. Entretanto, fazendo essa afirmação se excluí todos as outras etnias que habitaram e ainda habitam a cidade, tais como: os nativos que estavam na região antes da chegada dos colonizadores; outros grupos europeus que aqui se fixaram, como italianos e alemães; africanos, trazidos a região em forma de escravizados; e habitantes de outras regiões do Brasil que vieram para região em busca de melhores condições de vida e para trabalhar nas indústrias da região, principalmente na de calçados, nas décadas de 1980 e 1990.

Ainda sobre as origens étnicas do município, a *Atividade 10*, “Conhecendo Minha Origem e Minha Etnia”, propõe uma reflexão sobre isso. Nessa atividade pede-se que os (as) alunos (as) investiguem a que etnias eles pertencem. A forma mais simples que se encontrou para se fazer isso, foi através de um questionário, onde os estudante, através dos seus sobrenomes e da História de seus antepassados busca entender qual suas origens. Na figura 21, as origens étnicas do município e a atividade 10:

Figura 21: Origens Étnicas do Município e a Atividade 10

Origens Étnicas

Você sabia que nossa cidade é o resultado de diversas culturas que aqui existiram ou que aqui chegaram vindos de outras regiões do Brasil e até mesmo do mundo?

Você já escutou dizer que nosso município tem origem açoriana? Será que isso é correto afirmar?

Por muito tempo se falou que Sombrio era uma cidade exclusivamente açoriana. Isso aconteceu por que os primeiros colonizadores que chegaram na região teriam vindo do arquipélago dos açores no século XIX. Fazendo essa afirmação nós excluímos os outros povos que aqui habitavam como os povos nativos da região e até mesmo outros povos europeus que aqui se fixaram. Sombrio é uma mistura de etnias, tais como, os indígenas, os europeus (açorianos, portugueses, italianos, alemães, poloneses, entre outros), africanos (trazidos a região em forma de escravizados) e habitantes de outras regiões que vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida e para trabalhar nas indústrias da região, principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

2 Etnia é o grupo de pessoas que se identifica por partilhar da mesma língua, dos mesmos caracteres somáticos e da mesma tradição cultural.



Atividade 10 >> CONHECENDO MINHA ORIGEM E MINHA ETNIA


Você já pensou de onde vieram seus antepassados? A que etnia você pertence? Uma forma de entendermos nossas origens é através de descobrirmos de onde nossos sobrenomes são originários. Para isso é importante termos um bom local de informação. E que local melhor para pesquisarmos do que a nossa família. Eles carregam esses sobrenomes por várias gerações e certamente já ouviram os mais velhos falando de suas origens. Assim, pesquise junto a seus pais, responsáveis, avós, tios, etc. se eles possuem as informações abaixo.

<p>Vamos pesquisar:</p> <p>Quais são seus sobrenomes?</p> <p>.....</p> <p>De quem você herdou esses sobrenomes?</p> <p>.....</p> <p>Qual são as origens desses sobrenomes?</p> <p>.....</p>	<p>Seus antepassados sempre moraram nesta cidade?</p> <p>.....</p> <p>De onde eles vieram?</p> <p>.....</p> <p>Obs.: Se por um acaso algum aluno não consiga identificar sua origem recomenda-se que ele pesquise a origem de seus sobrenomes na internet.</p>
---	--

Fonte: Autor, 2016.

diversificação desses recursos, possuindo morros, rios, lagoas e furnas. Entretanto, devido a ação humana muito se perdeu. Dessa forma, nessa parte, buscou-se explicar aos (as) alunos (as), a importância de se estar conhecendo e preservando, também o Patrimônio Natural Sombriense. Na figura 23, a discussão sobre os Recursos Naturais do município:

Figura 23: Recursos Naturais



RECURSOS NATURAIS:

Sombrio apresenta uma grande diversificação de recursos naturais. Possui vários morros, como o Morro da Embratel, Morro da Santa e o Morro da Moça. Possui rios importantes como o Rio Caverá e o Rio da Laje. E também lagoas como a do Caverá e a de Sombrio. Sua fauna e flora já foi muito diversificada, mas devido a ação dos homens e mulheres, muito se perdeu.

Hoje, como notamos, a expansão urbana cada vez mais toma conta da nossa cidade e as áreas verdes estão sendo reduzidas. Muitos dos animais e das plantas que se vivem aqui na região já não existem mais.

Pergunte a seus pais ou responsáveis se eles conheceram animais e plantas que existiam nessa região e que não existem mais? Segundo seus pais ou responsáveis o que aconteceu com esses animais e essas plantas?

.....

.....

.....

Preservar o meio ambiente e os recursos naturais é de extrema importância para nós, pois sem eles nossa existência também fica ameaçada. Cuidar desses recursos é estar deixando eles para as próximas gerações. Como podemos fazer isso? Você tem alguma ideia que possa ajudar o nosso meio ambiente e na preservação de nossos recursos naturais como nossos rios e nossas lagoas? Quem sabe se unirmos todas as ideias possamos fazer algo para ajudar. Escreva suas ideias abaixo:

Ideias.....

.....

.....

Preservar o meio ambiente é necessário!

Ter consciência disso é mais ainda!

Fica a Dica: Professor (a) juntando as ideias dos (as) alunos (as), você pode organizar uma atividade interdisciplinar (convide o (a) professor (a) de ciências, de geografia, outros), sobre a preservação do meio ambiente.

Fonte: Autor, 2016.

A Lagoa de Sombrio é um dos principais atrativos naturais do município. Com mais de 16 km de comprimento e 5 km de largura possui cerca de 54 km² e sua profundidade é de no máximo 3 metros. Ela é a maior lagoa do estado de Santa Catarina, e Sombrio foi fundada as suas margens.

Já as furnas é um conjunto de formações geológicas que surgiram na região pela ação da natureza. Esse conjunto é formado por cinco caverna e se tornou local

de religiosidade e fé para a comunidade local e viajantes de todas as partes do Brasil.

Sobre as figueiras, árvores símbolos do município, são árvores de grande porte que possuem grandes raízes e muitos galhos e folhas, fazendo uma grande sombra. As figueiras são os únicos bens, nesse caso naturais, que possuem uma lei específica, 1080, de 14 de junho de 1996, que a protege da ação humana. A partir dessa lei ficou proibida sua derrubada, sob qualquer hipótese, onde quem derruba-la pode sofrer sanções jurídicas.

2.2.3 A Política Municipal

Na terceira parte do segundo capítulo foi trabalhado um pouco da evolução política municipal e a criação da paróquia de Sombrio. Como sabemos, até a ocupação dos europeus na região de Sombrio, o território pertencia aos povos nativos que habitavam a região, nesse caso Carijós e os Sambaquis. Entretanto com a expansão marítima no século XV, a região passou a pertencer à Espanha. Em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, essas terras passaram a pertencer a Portugal, ficando ligadas a então Vila de Laguna (1720 – 1883). No ano de 1883, essas terras passaram a fazer parte da Vila de Araranguá. Em 1914, através da Lei Municipal nº 141, Sombrio passa a ser Distrito de Paz. Em 1938 foi elevado à categoria de vila.

No dia 30 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual 133 foi criado o município de Sombrio, sendo instalado em 02 de Abril de 1954. Ele se desmembrou do então município de Araranguá. A primeira eleição ocorreu em outubro de 1954, onde foram eleitos o prefeito e 7 vereadores para comandar o então criado município. Ficaram pertencentes ao seu território as localidades de Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, Passo de Torres, São João do Sul (Passo do Sertão) e Praia Grande. Nesse período o município teve sua maior extensão com 967 km². A partir de 1961 a extensão do município foi diminuindo, pois houveram a emancipação do município de São João do Sul (1961), de Santa Rosa do Sul (1988) e de Balneário Gaivota (1995).

Sobre a criação da Paróquia de Sombrio, ela aconteceu em 1938, por influência do padre João Adão Reitz, primeiro vigário da então Vila de Sombrio. Em 1940, o sacerdote arquitetou a construção da nova igreja matriz. Sede paroquial, a

igreja matriz até hoje é um dos mais belos monumentos de Santa Catarina. A torre central, com 50 metros de altura, é um marco na cidade. O estilo gótico e as pinturas internas realizadas pelo artista plástico Zé Diabo são apreciadas por moradores e visitantes e contribuem para a beleza deste templo. Na figura 24, a Política Municipal e a Paróquia de Sombrio:

Figura 24: Política Municipal e a Paróquia de Sombrio

A EVOLUÇÃO POLÍTICA MUNICIPAL

Até a ocupação dos Europeus na região de Sombrio, o território pertencia aos povos nativos que habitavam a região. Destacam-se os Carijós e os Sambaquis. Entretanto com a expansão marítima no século XV, as "descobertas" da América (1492) e do Brasil (1500) e a divisão dessas terras pelo Tratado de Tordesilhas (1494), a região passou a pertencer à Espanha. Em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, essas terras passaram a pertencer a Portugal.

Por muito tempo, e até mesmo antes de passar a Portugal, as terras sombrienses ficaram ligadas a então Vila de Laguna (1720 – 1883). No ano de 1883, as terras que futuramente deram origem ao município, passam a fazer parte da Vila de Araranguá. Em 1914, através da Lei Municipal nº 141, Sombrio passa a ser Distrito de Paz sendo desmembrado do também Distrito de Passos do Sertão. Em 1938, Sombrio foi elevado à categoria de vila.

No dia 30 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual 133 foi criado o município de Sombrio, sendo instalado em 02 de Abril de 1954. Ele se desmembrou do então município de Araranguá. A primeira eleição ocorreu em outubro de 1954, onde foram eleitos o prefeito e 7 vereadores para comandar o então criado município.

Ficaram pertencentes ao seu território as localidades de Bañeário Galvota, Santa Rosa do Sul, Passo de Torres, São João do Sul (Passo do Sertão) e Prala Grande. Nesse período o município teve sua maior extensão com 967 km².

A partir de 1961 a extensão do município foi diminuindo, pois houveram a emancipação do município de São João do Sul (1961), de Santa Rosa do Sul (1988) e de Bañeário Galvota (1995).

A Paróquia de Sombrio

A criação da paróquia aconteceu no de 1938, por influência de padre João Adão Reltz, eleito o primeiro vigário da então Vila de Sombrio. Em 1940, o sacerdote arquitetou a construção da nova matriz. Sede paroquial, a igreja matriz até hoje é um dos mais belos monumentos de Santa Catarina. A torre central, com 50 metros de altura, é um marco na cidade. O estilo gótico e as pinturas internas realizadas pelo artista plástico Zé Diabo são apreciadas por moradores e visitantes e contribuem para a beleza deste templo.



Fonte: Autor, 2016.

2.2.4 A Cultura Sombriense

A cultura sombriense possui uma grande diversidade, pois ela é o resultado da influência das diferentes etnias que formaram o município. Cada uma dessas

etnias depositou elementos de sua cultura ajudando a formar as raízes culturais do município. Essas expressões ficam evidentes no Folclore, na Dança, na Música, nas Festas, na Literatura Popular, na Religiosidade, na Medicina Popular, na Culinária, no Artesanato, nos Jogos e nas Brincadeiras.

Entretanto, muitas vezes, os (as) alunos (as) e os (as) professores não conseguem visualizar essas expressões. Dessa forma, foi pensado a *Atividade 12*, “Conhecendo a Cultura Sombriense”. Nessa atividade os (as) estudantes, devem escolher entre uma lista de treze áreas de conhecimento da cultura local, que são: Folclore, Dança, Música, Festas, Literatura Popular, Religiosidade, Medicina Popular, Culinária, Artesanato, Jogos e Brincadeiras; e realizar uma pesquisa em suas casas ou em suas comunidades e apontar exemplos desses aspectos culturais que estão presentes na sua via e na vida de seus familiares. Na figura 25, a Cultura e a atividade 12:

Figura 25: Cultura Sombriense e a Atividade 12

A CULTURA SOMBRIENSE:

A cultura sombriense possui uma grande diversidade, pois, ela é resultado das diferentes etnias que formaram o município. Cada uma dessas etnias depositou elementos de sua cultura ajudando a formar as raízes culturais do município. Essas expressões ficam evidentes no Folclore, na Dança, na Música, nas Festas, na Literatura Popular, na Religiosidade, na Medicina Popular, na Culinária, no Artesanato, nos Jogos e nas Brincadeiras. Você conhece esses aspectos culturais de nossa cidade? Vamos pesquisa-los?

Atividade 12 >> CONHECENDO A CULTURA SOMBRIENSE

Nessa atividade vamos iniciar o conhecimento sobre os aspectos culturais do município de Sombrio. Você irá escolher entre:

- >> Folclore
- >> Dança
- >> Música
- >> Festas
- >> Literatura Popular
- >> Religiosidade
- >> Medicina Popular
- >> Culinária
- >> Artesanato
- >> Jogos
- >> Brincadeiras

Após a escolha de um dos temas acima referidos, você deverá realizar uma pesquisa, que pode ser em sua casa ou em sua comunidade, e apontar exemplos desses aspectos culturais que estão presentes na sua vida ou na vida de seus familiares.

Fonte: Autor, 2016.

2.3 TERCEIRO CAPÍTULO: APRENDENDO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

O terceiro capítulo, “Aprendendo Sobre o Patrimônio Cultural” busca inserir os (as) alunos (as) e seus (suas) professores (as) no estudo do Patrimônio Cultural. Esse capítulo foi dividido em duas partes. A primeira buscou-se trabalhar sobre o Patrimônio Cultural em si, tentando explicar de forma simples aos alunos esse conceito tão complexo. Já na segunda parte trabalha-se a divisão do Patrimônio em Material e Imaterial.

2.3.1 O Patrimônio Cultural

Para compreender o termo Patrimônio Cultural, mostrou-se aos estudantes que primeiramente deve-se entendê-lo separadamente. Dessa forma, Patrimônio, seria tudo aquilo que pertence a uma pessoa ou a um conjunto de pessoas. E, Cultura, o conjunto de características que definem uma sociedade, como a língua, os costumes, as crenças, as práticas comuns, as regras, as vestimenta, as religião, os rituais e as maneiras de ser, etc. Assim, com a união desses dois termos, temos o Patrimônio Cultural que é o conjunto de bens que fazem parte da história, da formação e da cultura de um povo, uma comunidade ou um país.

Para tentar simplificar essa parte do caderno temático, foi elaborada a *Atividade 13*, “Descobrimo um Pouco da Cultural de Minha Comunidade”, que propõe aos estudantes um pequeno levantamento das características culturais presentes em sua comunidade. Essa atividade tem como principal objetivo que os estudantes descubram um pouco da cultura de suas comunidades. Na figura 26, parte sobre o patrimônio e a atividade 13:

Figura 26: O Patrimônio Cultural e a atividade 13

O PATRIMÔNIO CULTURAL

Quando falamos em Patrimônio Cultural, o que você imagina que é isso? Tempo para você pensar!

Para compreender esse termo, temos que primeiramente entendê-lo separadamente. Patrimônio é tudo aquilo que pertence a uma pessoa ou a um conjunto de pessoas. Já Cultura, é o conjunto de características que definem uma sociedade, como a língua, os costumes, as crenças, as práticas comuns, as regras, as vestimentas, as religiões, os rituais e as maneiras de ser, etc. Assim, com a união desses dois termos, temos o Patrimônio Cultural que é o conjunto de bens que fazem parte da história, da formação e da cultura de um povo, uma comunidade ou um país. Será que em nossa comunidade ou em nosso município possuímos bens que possam ser considerados patrimônios culturais? Vamos fazer várias atividades para tentar descobrir isso.




Atividade 13 >>
**DESCOBRINDO UM
 POUCO DA CULTURA DE
 MINHA COMUNIDADE**

Nessa atividade iremos fazer um pequeno levantamento das características presentes em nossa comunidade para sabermos quais delas fazem parte de nossa cultura. Faça uma pesquisa em sua comunidade e responda as seguintes perguntas:



Fonte: Autor, 2016

2.3.2 O Patrimônio Material e Imaterial

Já na segunda parte desse terceiro capítulo, “O Patrimônio Material e Imaterial”, buscou-se mostrar aos (as) alunos (as) a diferença entre Patrimônio Material e Imaterial, explicando ainda os conceitos de Tombamento e Registro. Nessa parte ainda foi trabalhado os Órgãos de Proteção do Patrimônio Cultural, dando destaque para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU), e que tem por objetivo definir e proteger o Patrimônio Cultural em âmbito internacional; para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que foi criado em 1937, é uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura que tem a missão de

preservar o patrimônio cultural do país; a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), que é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural de Santa Catarina, e que tem como compromisso, proteger e apoiar a prática cultural no estado; e as Secretarias Municipais de Cultura, que devem preservar e proteger o Patrimônio Cultural em nível local.

A *Atividade 14*, “Pesquisando e Conhecendo os Bens Culturais Preservados Pelos Órgãos de Proteção: Internacional, Nacional, Estadual e Municipal”, busca a interação dos alunos, pois, essa atividade foi proposta em grupos. Ela solicita que os alunos pesquisem os bens culturais espalhados pelo país e pelo estado e que através dessa pesquisa elaborem cartazes com informações e imagens escolhidos. Na imagem 27, conteúdo sobre o Patrimônio Material e Imaterial, e atividade 14:

Figura 27: Patrimônio Material e Imaterial e a atividade 14

<p>1) Em que comunidade você mora?</p> <p>2) Como sua comunidade surgiu?</p> <p>3) Onde ela está localizada?</p> <p>4) Quais são as famílias que fazem parte de sua comunidade?</p> <p>5) Quais as religiões que fazem parte de sua comunidade?</p>	<p>6) Quais as festas tradicionais que são comemoradas na sua comunidade?</p> <p>7) Quais as empresas que existem?</p> <p>8) Quais os comércios que existem?</p> <p>9) Quais os esportes são praticados?</p> <p>10) Outras características que você notou:</p>	<p>Já o Patrimônio Imaterial ou Bens Intangíveis, compreende as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidas pelas comunidades como parte integrante de seu Patrimônio Cultural. Esse patrimônio é caracterizado por sua transmissão, que passa de geração a geração.</p> <p>OBS.: Você sabia que a Proteção do Patrimônio Material é chamada de Tombamento e a Proteção do Patrimônio Imaterial é chamado de Registro.</p> 
<h2 style="text-align: center;">O PATRIMÔNIO MATERIAL E O PATRIMÔNIO IMATERIAL</h2> <p>O Patrimônio Cultural também se divide em dois. O Patrimônio Material ou Bens Tangíveis e o Patrimônio Imaterial ou Bens Intangíveis:</p> <p>O Patrimônio Material ou Bens Tangíveis, é o conjunto de bens culturais divididos em bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos, etnográficos, belas artes e artes aplicadas), e bens móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).</p> 		<h3 style="text-align: center;">Órgãos de Proteção do Patrimônio Cultural</h3> <p>Temos vários órgãos que foram criados para a proteção do Patrimônio Cultural. Os principais são:</p> <p>A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), parte da Organização das Nações Unidas, esta instituição tem por objetivo definir e proteger o Patrimônio Cultural em âmbito internacional.</p> <p>Já a nível nacional o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que foi criado em 1937, é uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura que tem a missão de preservar o patrimônio cultural do país.</p> <p>No estado de Santa Catarina temos a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), que é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural do Estado em tem como compromisso proteger e apoiar a prática cultural no estado.</p> <p>E nos municípios existem as Secretarias Municipais de Cultura, que devem preservar e proteger o Patrimônio Cultural em nível local.</p> <h3 style="text-align: center;">Atividade 14 >> PESQUISANDO E CONHECENDO OS BENS CULTURAIS PRESERVADOS PELOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO: INTERNACIONAL, NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL</h3> <p>Essa atividade deverá ser feita em grupos de até 4 alunos, onde será necessário acesso à Internet.</p> <p>Nessa atividade os grupos deverão entrar nos sites do IPHAN e da FCC. Pesquisar em cada um dos sites, um Bem Cultural Nacional e um Estadual, que são preservados por esses órgãos e colher informações para fazer uma apresentação a seus colegas.</p> 

Fonte: Autor, 2016.

Nessa parte ainda buscou-se mostrar aos (as) alunos (as), as diferentes leis que ajudam a proteger o Patrimônio Nacional, Estadual e Municipal. Destaca-se assim, o Decreto Federal 25, de 30 de novembro de 1937, primeiro a definir o conceito de patrimônio nacional; a Constituição de 1988, principal lei atual que

defende o Patrimônio; e o Decreto Federal nº 3551/2000 que institui defende a proteção dos bens culturais de natureza imaterial.

Foram destacadas ainda as leis municipais de proteção ao Patrimônio Cultural. A mais importante é a lei 1402 de 20 de março de 2003. Ela foi feita para nortear a preservação do Patrimônio Natural e Cultural Sombriense e criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). Essa lei possui mais de treze anos e no período de sua vigência, nenhum Patrimônio Cultural do município foi estudado, tombado ou registrado. Isso supõem-se, já que o livro de registros, também criando por essa lei, simplesmente desapareceu. Isso demonstra a falta de sensibilidade que o poder público possui com a Cultura e a História da cidade.

Como proposta para essa parte do caderno foi desenvolvida a *Atividade 15*, “Analisando as Leis de Proteção do Patrimônio Cultural”. O objetivo é que os alunos entendam as Leis de Proteção do Patrimônio Cultural expostas no caderno. Os alunos deverão ser divididas em grupos e cada um desses grupos ficará com uma dessas leis. A análise consiste em entende-las e passar esse entendimento para os demais colegas, através de Apresentação Oral, Cartazes, Escrita de um texto, Elaboração de vídeos, Elaboração de Slides, Formulação de um Jornal, ou de outra forma que achar conveniente. Foi proposto ainda uma atividade complementar, que consiste em fazer uma lista de problemas enfrentados pelo Patrimônio Material e pelo Imaterial de Sombrio e propor soluções para impedir sua destruição. Na figura 28, a atividade 15:

Figura 28: Atividade 15 - Analisando as Leis de Proteção do Patrimônio Cultural

Atividade 15 >> ANALISANDO AS LEIS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A proposta dessa atividade é que você entenda as Leis de Proteção do Patrimônio Cultural expostas acima. Os alunos deverão ser divididas em três grupos e cada um desses grupos ficará com uma dessas leis. A análise consiste em entende-las e passar esse entendimento para os demais colegas. O transmissão desse conhecimento poderá ser através de:

- >> Apresentação Oral;
- >> Cartazes;
- >> Escrita de um texto;
- >> Elaboração de vídeos;
- >> Elaboração de Slides;
- >> Formulação de um Jornal;
- >> Outras formas.

Fonte: Autor, 2016.

A *Atividade 16*, “Roteiro pela Cidade”, última atividade do terceiro capítulo, propõe a alunos (as) e professores (as) a conhecer o Patrimônio Material existente no município. Isso acontecerá através de uma Saída Técnica que terá como roteiro o centro do município, onde os alunos poderão ver os diferentes monumentos que compõe a arquitetura histórica da cidade. Os participantes dessa caminhada deverão anotar informações importantes e registrar através de fotografias os monumentos que serão visualizados ou visitados, como também, fotografa-los. Ao final da visita, cada aluno (a) (ou em dupla ou grupo), deverão fazer um relatório de sua experiência. Deve-se escolher um dos patrimônios visitados e elaborar um texto justificando o porquê que esse patrimônio deve ser preservado. Destacar a importância que ele tem para a Cultura, História e Identidade da cidade. Na figura 29, atividade 16:

Figura 29: Atividade 16 - Roteiro pela Cidade

**Conhecendo o Patrimônio
Material do Município**

Como vimos anteriormente, existem vários Patrimônios Culturais em nosso país e em nosso Estado. Esses patrimônios possuem leis que os protegem e que buscam sua preservação e proteção, pois é muito importante estarmos preservando a nossa Cultura e nossa História. Entretanto em nosso município, apesar de termos patrimônios que deveriam ser preservados e leis que garantem isso, não temos nenhum desses bens nessa situação. Isso acontece principalmente pela falta de Interesse dos governantes e da comunidade em reconhecer que esses patrimônios são importantes para a preservação da Identidade das pessoas e da cidade.

E você, conhece algum desses patrimônios que deveriam ser protegidos por lei em nosso município? Vamos conhecê-los?

Atividade 16 >> ROTEIRO PELA CIDADE

Esta atividade foi elaborada para ajudar os (as) alunos (as) e os (as) professores (as) a conhecer o Patrimônio Material existente no município. Isso acontecerá através de uma Saída Técnica que terá como roteiro o centro do município, onde os alunos poderão ver os diferentes monumentos que compõe a arquitetura histórica da cidade.

OBS.: Os alunos devem anotar informações importantes e registra através de fotografias os monumentos que serão visualizados ou visitados.

RELATÓRIO DA SAÍDA TÉCNICA.

Com as informações e as fotografias colhidas durante a Saída Técnica, cada aluno (a) (ou em dupla ou grupo), deverá fazer um relatório de sua experiência vivenciada. Deve-se escolher um dos patrimônios visitados e elaborar um texto justificando o porquê que esse patrimônio deve ser preservado. Destacar a importância que ele tem para a cultura, história e identidade da cidade.

Fonte: Autor, 2016.

Como sugestão para finalização dessa atividade, foi proposta a organização de uma mostra fotográfica sobre os patrimônios que foram visitados.

2.4 QUARTO CAPÍTULO: INVENTARIANDO AO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL.

Na quarta e última parte do caderno temático, chamada de “Inventariando o Patrimônio Local”, busca-se incentivar os (as) alunos (as) a serem agentes fazedores da História, incentivando-os a identificar e conhecer o Patrimônio Local.

2.4.2 Descobrimo o que é um Inventário.

Na primeira parte do último capítulo, busca-se mostrar aos alunos o que é um Inventário, que consiste em descobrir, coletar e organizar informações sobre as referências culturais das comunidades para que possam formar o Patrimônio Cultural Local. Ele tem como principal objetivo, construir conhecimento a partir do diálogo entre a escola e as comunidades que possuem as referências culturais a serem investigadas. Na imagem 30, o Inventário e suas Categorias:

Figura 30: Inventário e suas Categorias

DESCOBRINDO O QUE É UM INVENTÁRIO

Você sabe o que é um INVENTÁRIO? O Inventário é uma forma de pesquisa, onde os pesquisadores buscam descobrir, coletar e organizar informações sobre as referências culturais das comunidades para que possam formar o Patrimônio Cultural Local.

Ele tem como principal objetivo, construir conhecimento a partir do diálogo entre a escola e as comunidades que possuem as referências culturais a serem investigadas.



Categorias do Inventário

Para melhor identificarmos e pesquisarmos o Patrimônio Cultural Local, decidiu-se dividi-lo em 5 categorias diferentes. São Elas:

OBS: Categorias são formas de classificação.

LUGARES: São locais que possuem significados especiais para a comunidade, porque neles coisas importantes aconteceram ou ainda acontecem. Você conhece algum lugar assim? Vamos fazer uma lista?

.....

.....

.....

OBJETOS: Como vimos anteriormente, os objetos estão presentes em nossas casas e muitas vezes podem ser utilizados para contar a história de cada um. Entretanto os objetos também podem ser utilizados para contar a história de nossa comunidade. Você já utilizou algum desses objetos? Cite-os nas linhas abaixo.

.....

.....

.....

CELEBRAÇÕES: São eventos coletivos que se comemora ou rememora algum acontecimento importante para a comunidade. Você já participou de alguns desses eventos? Quais são essas celebrações?

.....

.....


.....

SABERES E PRÁTICAS: São formas próprias de produzir algum bem ou realizar algum serviço, como a receita de uma comida típica, ou uma técnica para tocar ou produzir um instrumento musical. Algumas práticas e saberes podem explicar muito da história da comunidade, pois mesmo estando presentes em outros lugares, elas acabaram se desenvolvendo de maneira diferente em cada um deles. Você conhece alguns desses saberes e práticas? Quais são?

.....

.....

.....



Patrimônio cultural

OBS.: O Patrimônio Cultural Local são as referências culturais que uma determinada localidade possui.

Descobrir sobre Patrimônio Cultural Local é muito importante, pois através dessas descobertas, poderemos protegê-lo e mantê-lo vivo em nossa memória. Conhecendo-o podemos compartilhá-lo com quem não conhece e assim espalhar seu conhecimento para os demais moradores de nossa comunidade.

Com a comunidade conhecendo a importância desse Patrimônio, fica mais fácil de incluí-la como parte atuante na preservação desses bens culturais.

Assim, é importante que se realizem atividades que tragam as referências culturais à tona.

Fonte: Autor, 2016.

Descobrir sobre Patrimônio Cultural Local é muito importante, pois através dessas descobertas, poderemos protegê-lo e mantê-lo vivo em nossa memória. Conhecendo-o podemos compartilhá-lo com quem não conhece e assim espalhar seu conhecimento para os demais moradores da comunidade. Com a comunidade conhecendo a importância desse Patrimônio, fica mais fácil de incluí-la como parte atuante na preservação desses bens culturais.

2.4.3 Categorias do Inventário.

Para melhor inventariar o Patrimônio Cultural, decidiu-se dividi-los em cinco categorias distintas. Essas categorias ficaram assim divididas: *Lugares*, que são locais que possuem significados especiais para a comunidade, porque neles coisas importantes aconteceram ou ainda acontecem; *Objetos*, são artefatos que estão presentes nas casas das pessoas e que podem ser utilizadas para contar a História de cada um. Entretanto, os objetos também podem ser utilizados para contar a História da comunidade. *Celebrações*, são eventos coletivos onde se comemora ou rememora algum acontecimento importante para a comunidade; *Formas de Expressão*, são diferentes maneiras que a comunidade demonstra e comunica sua cultura. Pode ser uma música, uma dança, uma literatura, causos, pinturas, etc; *Saberes e Práticas*, consiste em formas próprias de produzir algum bem ou realizar algum serviço, como a receita de uma comida típica, ou uma técnica para tocar ou produzir um instrumento musical. Algumas práticas e saberes podem explicar muito da história da comunidade, pois mesmo estando presentes em outros lugares, elas acabaram se desenvolvendo de maneira diferente em cada um deles.

E para inventariar o Patrimônio Cultural Local, foi proposta a *Atividade 17*, “Inventariando o Patrimônio Local”. Onde os alunos serão divididos em grupos, onde eles deverão ficar distribuídos nas categorias do inventário que foram citadas acima. Cada grupo deverá escolher dois itens diferentes para cada categoria e fazer seu inventário a partir desses itens. Na figura 31, a atividade 17:

Figura 31: Atividade 17 - Inventariando o Patrimônio Local

Atividade 17 >> INVENTARIANDO O PATRIMÔNIO LOCAL

Dividiremos alunos em 5 grupos, onde eles devem ficar distribuídos nas categorias do inventário que são: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes e Práticas.

Cada grupo deve escolher dois itens diferentes que foram avançados na atividade anterior sobre as Categorias do Inventário e fazer seu inventário a partir desses itens.

Para uma boa atividade, os alunos devem seguir os passos a seguir:

- 1º - Definir quem participará de cada grupo de pesquisa.
- 2º - Definir quais os itens serão pesquisados.
- 3º - Entender que os bens culturais pesquisados devem ter importância para a comunidade.
- 4º - Planejar como e onde serão realizadas as pesquisas.
- 5º - Fotografar os itens pesquisados.
- 6º - Preencher as fichas de seus respectivos inventários (fichas estão a seguir).



MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PESQUISA:

- >> Papel, lápis e caneta para registros durante a pesquisa.
- >> Máquina fotográfica ou celular com boa resolução.
- >> Cadernos Temáticos com as fichas dos Inventários.

Fonte: Autor, 2016.

Para auxiliar os (as) alunos (as) foram elaboradas fichas, denominadas “Ficha do Inventário”, onde foram colocadas perguntas importantes para serem preenchidas pelos alunos e que formaram informações importantes sobre aquele bem cultural que está sendo estudado. Na figura 32, exemplo de uma dessas fichas do inventário

Figura 32: Exemplo de Ficha do Inventário

FICHA DO INVENTÁRIO - LUGARES

DADOS DA PESQUISA

INTEGRANTES DOS GRUPOS:

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

Bem cultural a ser pesquisado:

Descrição do Bem:

.....

.....

Foto ou desenho do Bem Cultural a ser pesquisado:



PESQUISA:

Nome do lugar pesquisado:

Fazer uma descrição do lugar pesquisado?

.....

.....

Onde esse lugar está localizado?

.....

.....

Quando esse bem foi construído?

.....

.....

Fonte: Autor, 2016.

Para finalizar essa atividade foi proposto na atividade 18, “Relatório da Pesquisa”, que os alunos façam um relatório da saída de campo, descrevendo sua experiência. E que a partir dessas experiências o (a) professor (a), organize uma feira do conhecimento histórico para socializar as descobertas feitas. Para essa feira os professores podem juntar outros trabalhos que foram realizados durante o ano, até mesmo de outras turmas para deixar o evento mais atrativo. Na figura 33, a atividade 18:

Figura 33: Atividade 18 – Relatório da Pesquisa



Fonte: Autor, 2016.

2.5 REFERÊNCIAS, AS IMAGENS E A CONTRACAPA.

As referências que foram utilizadas para no Caderno Temático foram divididas em duas partes. Primeiras composta pelas bibliografias utilizadas para compor os textos do caderno. Já a segunda parte, foi composta pelas referências das imagens que foram utilizadas na confecção do material didático.

Sobre as imagens utilizadas no Caderno Temático, elas tem como principal objetivo ilustrar o material didático deixando-o mais alegre. Basicamente a maioria das imagens foram retiradas da internet e algumas são imagens pertencentes ao autor do caderno.

Na contracapa do caderno temos a identificação do autor e os logos das instituições envolvidas na Produção do Material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação para o Patrimônio ainda é pouco conhecida nas salas de aula. Entretanto ela se apresenta como uma nova forma de se estar levando as questões voltadas ao Patrimônio Cultural, para as escolas. Pois é lá, um dos locais mais propícios para que esse trabalho possa ser desenvolvido. É nas escolas que deve haver a formação de cidadãos (as) críticos (as), conscientes da pluralidade cultural que os rodeia.

Entende-se então, que é na escola que deve haver um fortalecimento das relações dos (as) estudantes e dos (as) professores (as) com sua cultura, havendo assim, uma maior valorização dos bens culturais e o fortalecimento da cidadania. Desta forma, é um dos papéis da escola fazer com que alunos (as) e professores (as) tenham constantes reflexões sobre a situação do Patrimônio Cultural Local, e a partir dessas reflexões, possam desenvolver um pensamento voltado a saber que patrimônio deve os representar; e ainda, qual patrimônio pertence a eles. Para que isso aconteça, é essencial que o (a) professor (a) parta daquilo que o (a) aluno (a) entende por patrimônio e não de algo já construído ou pré-determinado, como acontece na maioria dos trabalhos relacionados a essa temática.

Contudo, entende-se que o lugar da Educação para o Patrimônio é realmente aliada ao ensino escolar, até porque, só através de uma Educação para o Patrimônio, bem elaborada e presente nos currículos, nos planos de aula e nos planejamentos escolares que será possível levar os (as) alunos (as) a se identificar com os bens relacionados a cultura, descobrindo assim, que eles fazem parte de sua realidade e devem ser preservados e valorizados. A partir desse entendimento, os (as) estudantes devem se tornar agentes transformadores da realidade que os patrimônios se encontram.

A Educação para o Patrimônio também possui um papel de transformadora social, pois, como vivemos em um país onde a diversidade cultural está aliada a uma grande desigualdade, entender a importância dos saberes e das culturas que estão presentes nas comunidades, é fundamental para desconstrução de estigmas e preconceitos há muito tempo enraizados.

Quando se pensou em levar essas discussões para as escolas municipais de Sombrio/SC, buscou-se despertar nos (as) aluno (as) o interesse em resolver

questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. Pensou-se em fazer com que os (as) estudantes através de um conhecimento crítico possam entender por si só, em qual Patrimônio Cultural ele está inserido. Pensou-se ainda, em oferecendo a eles (as) a oportunidades de ter, sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os (as) cada vez mais a querer conhecer sobre o assunto.

E é assim que entendemos a Educação para o Patrimônio e seu papel na sociedade. Como sendo uma agente transformadora da realidade dos (as) alunos, da escola e da comunidade que a rodeia. Nesse entendimento cada um tem um papel fundamental. A escola como promotora das discussões acerca das temáticas propostas. Os (as) professores (as) como facilitadores (as) dessa discussão. E os (as) alunos (as) como participantes da discussão e multiplicadores (as) desse conhecimento. Pois com certeza eles levarão essa discussão para suas casas, para os grupos que participam e para a comunidade como um todo, ampliando e disseminando esse conhecimento.

Como já foi falado anteriormente, a forma mais adequada encontrada de levar essas discussões para as salas de aula, foi a elaboração do Caderno Temático, ou seja, um material de apoio didático-pedagógico, já discutido nessa dissertação. Entretanto entende-se que o Caderno Temático trabalhado de forma esporádica, individual e sem um aprofundamento, se torna somente mais um material, dentre tantos outros que estudantes e docentes já possuem. Contudo, quando pensou-se em sua elaboração, teve-se a todo momento a ideia de que ele deveria ser elaborado para fazer a diferença. E para que isso possa acontecer é essencial que o (a) professor (a) seja um facilitador desse material, pois é papel fundamental dele, estimular os (as) estudantes a criticidade; buscado propor atividades e resoluções para os problemas encontrados, proporcionando aos estudantes a experiência da relação direta com os bens e as manifestações culturais.

Só com a mediação dos (as) professores (as) e a socialização de suas experiências e de seus conhecimentos, que os alunos vão compreender as múltiplas relações entre o passado e o presente, entre a Memória e a História, entre a Cultura e a Identidade, essenciais para entender a dinâmica do Patrimônio Cultural. Desta forma, a utilização do caderno temático deve focar nos mais diversos bens culturais, e nisso a criatividade do (a) professor (a) tem papel preponderante, uma vez que

cabe a ele escolher os procedimentos mais adequados a facilitar a percepção e o entendimento do (a) aluno (a) sobre o Patrimônio Cultural e suas questões.

Sobre a elaboração do material didático-pedagógico, ele se apresentou como um grande desafio, pois sua elaboração não foi algo simples. Muitas horas foram disponibilizadas para pensar os textos, as imagens e as atividades que fazem parte dele. Ele foi organizado de forma impressa, no tamanho A4, possuindo capa dura e encadernação em espiral, tendo 93 páginas. Ele foi elaborado por uma designer gráfica mas todos os textos e atividades foram pensados, elaborados e adaptados pelo autor.

Assim, definimos o Caderno Temático sobre o Patrimônio Cultural de Sombrio, como um material impresso que utiliza de textos, imagens e atividades para fazer com que os (as) alunos (as), entendam a importância de se estar discutindo os bens culturais em sala de aula e dessa discussão sejam traçadas ações para a preservação desses bens. É isso que se busca com a aplicação desse material didático.

Mas por que se escolheu um material impresso? Porque apesar de vivermos em uma era de avanços tecnológicos, onde a busca pelos meios digitais a cada dia aumenta, essa forma de material ainda é muito aceita por estudantes e professores (as), sendo de fácil manuseio e podendo ser utilizado pelos sujeitos escolares dentro e fora das salas de aula. Além disso, muitas escolas ainda não possuem equipamentos e recursos tecnológicos para serem utilizados.

Sobre os conceitos que permearam a construção do Caderno Temático, todos eles são de suma importância para que os (as) alunos e seus (suas) professores (as) possam compreender questões ligadas aos bens culturais. Trabalhou-se a questão da História, da Memória, da Identidade, do Patrimônio, da Cultura, do Patrimônio Cultural e do Inventário.

Sobre o conceito de História, buscou-se mostrar que ele é importante para a vida dos (as) alunos (as), pois através de seu entendimento pode-se planejar ações que influenciem seu presente e seu futuro. Ligado a esse conceito está a pessoa do Historiador, que é aquele que dedicam sua vida ao estudo e a disseminação da História. Aquele que apesar de não ter sua profissão ainda regulamentada busca levar os (as) estudantes a um conhecimento crítico, possibilitando que se tornem fazedores e entendedores de sua própria História.

Sobre questão da Memória, buscou-se explicar aos (as) alunos (as) sua importância para o estudo da História, já que o Historiador a usa como fonte, pois no cotidiano é presenciado momentos históricos importantes. Através do estudo da Memória, pode-se conhecer aspectos das sociedades que muitas vezes não foram registradas em outras fontes. Dessa forma, estudar e entender a importância da Memória, sendo ela Individual ou coletiva é de suma importância para conhecer experiências do passado e retransmiti-las às novas gerações.

Sobre a questão da Identidade de cada um, buscou-se mostrar que se trata do conjunto de características sociais, étnicas, religiosas, políticas e culturais que definem um indivíduo ou um grupo de indivíduos. Que ela não é única e que existem diversas delas nas comunidades, cada uma diferente da outra e que o conjunto dessas identidades é que torna o município tão importante. Buscou-se ainda fazer com que os (as) estudantes entendam que se deve respeitar a identidade de cada um, pois se é livre para formar sua própria identidade e isso deve ser respeitado por todos.

Sobre a questão do Patrimônio, buscou-se fazer com que os estudantes entendam que é aquilo que pertence a uma pessoa ou a um conjunto de pessoas. Já a Cultura é o conjunto de características que definem uma sociedade. E da união desses dois termos, temos o Patrimônio Cultural, que deve ser definido como o conjunto de bens que fazem parte da História, da formação e da Cultura de um povo, de uma comunidade ou um país. São bens que tem importância cultural para uma sociedade e são divididas em Materiais e Imateriais. A preservação desse patrimônio é tão importante que existem órgão específicos para sua proteção assim como leis. Preservar esse Patrimônio é preservar a História e a Memória da comunidade. Sem ele, a comunidade perde sua identidade.

E sobre a questão do Inventário, entende-se que ele é uma forma de descobrir, coletar e organizar informações sobre as referências culturais das comunidades para que possam formar o Patrimônio Cultural Local. Propõe-se então que os (as) alunos (as) façam junto a sua comunidade um inventário para que possam descobrir quais os bens culturais fazem parte de seu cotidiano.

Tanto a elaboração da Dissertação e do Produto Final (como já foi falado anteriormente), constituiu-se em um verdadeiro desafio já que para a participação no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), fez-se necessário estar atuando em sala de

aula, trabalhando diretamente com alunos (as) e que o campus em Florianópolis fica longe da cidade objeto dessa dissertação.

Mas, entre um planejamento e outro, a atuação em sala de aula, a correção de provas e trabalhos, a participação em projetos, os diversos sábados letivos, as viagens para as aulas de mestrado, sem contar os 72 dias de greve em 2015, achou-se tempo para ler, discutir e refletir sobre os diversos textos propostos pelas diversas disciplinas no decorrer dessa pós-graduação; para elaboração dos diversos trabalhos e provas propostas; e para a elaboração desse trabalho e do Produto Final.

Dessa forma, deixa-se claro que o Caderno Temático apesar de ter sido elaborado, não foi colocado em prática nas escolas de Sombrio, devido à falta de tempo, a burocracia e o prolongado período para sua elaboração, mas que isso acontecerá no próximo ano letivo, até por que, se constituiu um desafio ainda maior sua colocação em prática nas escolas e para isso se requer tempo.

Assim, trabalhar com as questões do Patrimônio Cultural e da Educação para o Patrimônio, onde nunca antes ter tido essa discussão na graduação ou na especialização, também se apresentou como um grande desafio. Contudo aprender sobre essas temáticas resultou, além de um maior conhecimento, também a abertura de um leque de oportunidades no que diz respeito a luta pela preservação do Patrimônio Cultural da Cidade. Mas muito mais que isso, esse conhecimento faz-se entender a importância das questões ligadas ao patrimônio, para a própria História, Cultura e Identidade, deste professor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em Set de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em Set de 2015.

BRASIL. **Decreto-lei federal n. 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em Set de 2015.

BRASIL. **Decreto sobre Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso Nov 2015.

BRASIL. Projeto de Lei 4699/2012, que Regulamenta a Profissão de Historiador. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1038347&filename=PL+4699/2012> Acesso em jun, 2015.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Coord.) **A reflexão e a prática de ensino em História**. São Paulo: Blucher, 2012.

DIAS, Juliana Braz. **Registros fonográficos da música cabo-verdiana: mercadoria e patrimônio**. In: SANSONE, Lívio (Org.) *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 41- 65.

FARIA, Gerson Geraldo Mendes [et al.] **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

FCC, FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURAL. **Histórico**. Disponível em: <[Hhttp://www.fcc.sc.gov.br/pagina/4968/historico](http://www.fcc.sc.gov.br/pagina/4968/historico)> Acesso em Nov 2015

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensina História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GOMES, Tatiana S. A Importância da Preservação do Patrimônio Cultural: os museus e as escolas. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**. 3º Ed. Belo Horizonte: AERPA, 2011. Disponível em <<http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/revistaarc.html>> Acesso em Maio de 2015.

GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural**. Canoas: UnilaSalle, 2014. Disponível em: <

<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/1860/1237>> Acesso em jun. 2015.

GONÇALVES, Janice. **Em busca do Patrimônio Catarinense:** tombamentos estaduais em Santa Catarina. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In. **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio:** museu de arte e escola - Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e História: reflexões sobre o papel do historiador. **Revista Diálogos** (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/86209/1/2-s2.0-84918833923.pdf>> Acesso em out. 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Et al. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)/Museu Imperial, 1999.

IPHAN, Superintendência de João Pessoa. **Educação patrimonial: orientações ao professor. 2 imp.** João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. **Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/217> Acesso em out de 2015.

IPHAN. **Patrimônio Cultural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> acesso em jun. 2015.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. **Educação Patrimonial – Manual de Aplicação:** Programa Mais Educação Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas/SP: Editora Unicamp, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Patrimônio Cultural.** Disponível em: <<http://www.prdf.mpf.mp.br/pr-df>> Acesso em out de 2015.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas Escolas:** prendendo a resgatar o patrimônio cultural. Disponível em: <www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf> Acesso em Mar. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Unesco**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>> Acesso em Nov 2015

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. **Educação patrimonial é aprender com o mundo e a cultura que construímos**. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/07/07/educacao-patrimonial-e-aprender-com-o-mundo-e-a-cultura-que-construimos/>> Acesso em out. 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Ensino de História, a Memória e o Patrimônio Cultural. **História & Ensino**. Londrina, v. 15, p. 119-130, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11434>> Acesso e Jun. 2016.

PEREIRA, Nilton Mullet. SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/7961/4750>> Acesso em Set. 2016.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, do século XVIII-XIX: do monumento aos valores**. Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTA CATARINA. **Decret Nº 7.439, de 24 de abril de 1979**. Disponível em: <<http://fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=8358>> Acesso em Nov 2015.

SÃO PAULO. **Condephaat**. disponível em <<http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/documentos/sobreocondephaat.pdf>> Acesso Nov 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Manual do PROFHISTÓRIA**. Disponível em: <www.ppghsuerj.pro.br/profhistoria/c.php?c=download_reg&arq=32> Acesso em Jun. 2016

VARINE, Hugues de. **As raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.pdf>>. Acesso em Out. 2015.